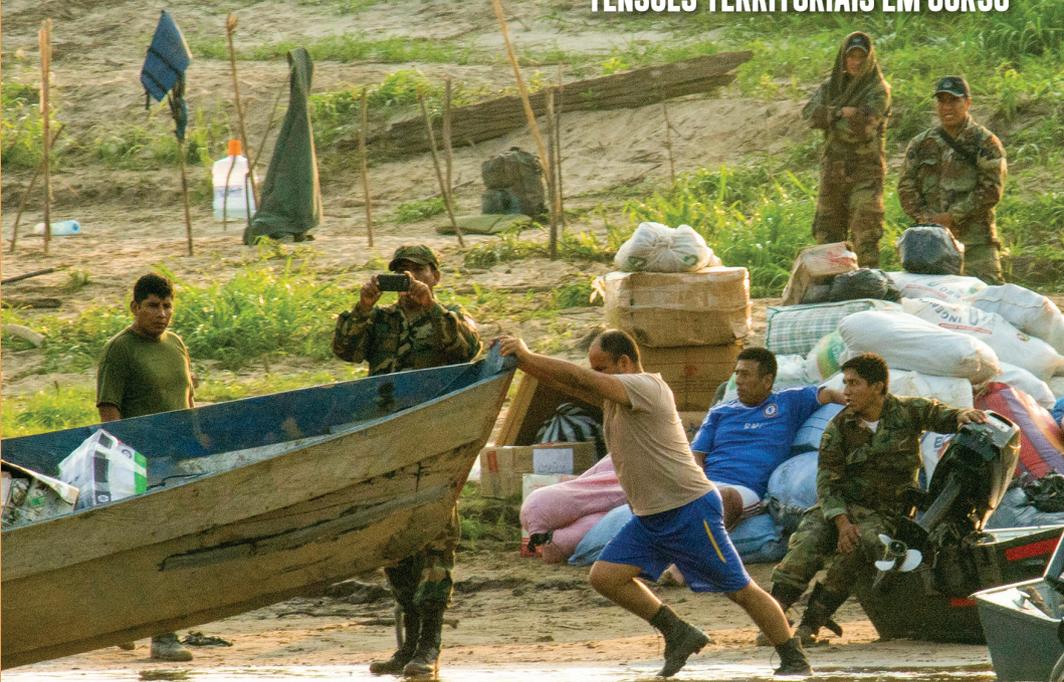


CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

# AMAZÔNIA ENCRUZILHADA CIVILIZATÓRIA

TENSÕES TERRITORIAIS EM CURSO



PRÓLOGO DE SILVIA RIVERA CUSICANQUI



Carlos Walter Porto-Gonçalves

# Amazônia: encruzilhada civilizatória

Tensões territoriais em curso



**Amazônia: encruzilhada civilizatória. Tensões territoriais em curso /  
Carlos Walter Porto-Gonçalves**

Este ensayo fue desarrollado como parte de los estudios postdoctorales del Programa Interdisciplinario en Ciencias Humanas, Sociedad y Medio Ambiente de la Universidad Federal de Santa Catarina, bajo la orientación del PhD Luiz Fernando Scheibe. Los documentos y datos se recabaron inicialmente para una presentación solicitada por la Coordinadora de Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA) en 2015, y el ensayo final fue presentado en el seminario *Amazônia: territorio y significados en disputa*, realizado en Belém entre el 15 y 17 de febrero de 2017, con la organización del INESC y FASE.

Esta publicación se realiza en colaboración entre el Comité Catholique Contre la Faim et pour le Développement - CCFD - Terre Solidaire, el CIDES - UMSA y el IPDRS.

Traducción al Español: Magali Balderrama Benavidez

Cuidado de edición: Martín Zelaya Sánchez / Ruth Bautista Durán

Foto de tapa: Marco Arnez Cuéllar

Diseño de tapa y diagramación: Martín Sánchez

© Carlos Walter Porto-Gonçalves, 2018

© IPDRS / CIDES - UMSA, 2018

Primera edición: enero 2018

CIDES - UMSA

Obrajes, Calle 3 N° 515

Telf.: (591-2) 2786169 - 2784207 - 2782361

cides@cides.edu.bo

www.cides.edu.bo

IPDRS - Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica

Avenida 20 de octubre N° 2396, casi esquina Belisario Salinas

Edif. María Haydee. Piso 12

Telf.: (591-2) 2115952

ipdrs@sudamericarural.org

www.sudamericarural.org

*Impreso en Bolivia*

“Nossa luta é política e epistêmica.”  
Luis Macas/Catherine Walsh

“Salgo a caminar  
Por la cintura cósmica del sur  
Piso en la región  
Más vegetal del viento y de la luz  
Siento al caminar  
Toda la piel de América en mi piel  
Y anda en mi sangre un río  
Que libera en mi voz  
Su caudal.”

Poema de Armando Tejada Gómez, música de Cesar  
Isella e interpretación de Mercedes Sosa

“Hoje é mais fácil imaginar o fim do mundo  
do que o fim do capitalismo.”  
Federic Jameson



# Índice

Prólogo .....	9
Resumo .....	17
I. Introdução .....	19
II. Das relações de poder e das visões sobre a Amazônia.....	25
II.1 - Das visões sobre a Amazônia .....	25
II.2 - Das relações de poder, da geografia política interna...	30
III. Para compreender a complexidade sociometabólica amazônica .....	35
IV. Amazônia, a grande transformação sociometabólica em curso.....	41
V. A amazônia e as (des)integrações em disputa .....	49
VI. Os megaprojetos de infraestrutura (estradas/hidroviás e energia).....	61
VI.1 - As estradas/hidroviás .....	61
VI.2 - Os megaprojetos de infraestrutura: hidrelétricas ...	70

VI.3 - Os megaprojetos de infraestrutura: as tensões territoriais na exploração do petróleo e do gás.....	75
VI.4 - Os megraprojetos: a mineração e o dinamismo dos capitalistas privados.....	79
VII. De conflitos e de r-existências.....	83
VIII. A Amazônia, no passado havia um futuro. E no presente, há futuro? .....	91
Bibliografia .....	111

# Prólogo

## Amazônia, encruzilhada civilizatória. Tensões territoriais em curso

*Silvia Rivera Cusicanqui*  
Colectiva Ch'ixi  
La Paz - Bolívia

Este livro chega a nós como um relâmpago de revelações sobre o presente que vivemos, no qual se desprende uma crise social e ambiental de grande alcance. Neste momento o parlamento boliviano aprovou uma lei que permitirá a morte do parque nacional e território indígena Isiboro Sécore, TIPNIS, cujos povos se encontram mobilizados em estado de emergência junto a outros setores sociais de escala nacional. No entanto, a mobilização indígena do TIPNIS se centra só superficialmente em uma abstração como a lei - a lei 180. Xs compaheirxs do TIPNIS exigem e demandam o cumprimento não só dessa lei como também da própria Constituição Política do Estado Plurinacional. Ao lançar seu chamado à resistência e à luta nos mostram, antes de tudo, outra ética, outra visão de mundo, outros modos de realizar o Bom Viver e o bem estar comum. O pano de fundo de seu acionar é o compromisso de suas comunidades, ou seja, um compromisso coletivo, que emana sobretudo das mulheres, por reproduzir seu modo de vida e proteger sua Casa Grande da ambição forasteira e da ávida perseguição do lucro e do dinheiro. No entanto, o TIPNIS não só beneficia a seus habitantes como também aos habitantes dos vales e do altiplano, as populações urbanas e a região subcontinental inteira,

pois produz oxigênio e a evapotranspiração necessários para que todas e todos possamos gozar de um regime de chuvas estáveis e previsíveis, de água potável nas cidades e povoados, ao mesmo tempo em que a floresta absorve – cada vez com mais dificuldade – o CO<sub>2</sub> que produzimos. Ambos os modos de vida e suas formas intermediárias – o urbano, o selvático e o rural andino – não só se complementam, como também participam de igual forma nas batalhas políticas e de conhecimento que constituem nosso tecido social moderno, como sociedade e nação. Opor estes modos de vida entrelaçados pelas chuvas, o ar e a absorção de gases tóxicos é mais do que um ato de cegueira antropocêntrica, é um ato de traição à pátria, pois sobre o TIPNIS será imposto, desde agora, o interesse privado de capitalismos predatórios de diversas escalas e não a soberania nacional. O livro de Carlos Walter Porto-Gonçalves nos mostra este processo de renúncia à soberania, por parte dos Estados da UNASUL, com grande clareza e indiscutível evidência empírica. Particularmente são reveladores os treze mapas de diversos aspectos da transformação sócio-geográfica da Amazônia, os quais falam por si mesmos do processo de penetração terrestre e fluvial, do corte indiscriminado e massivo de árvores, do aumento dos riscos ambientais e da ávida invasão de empresas petroleiras e de mineração.

A luta dos povos ancestrais da Amazônia é plenamente atual, pois conecta aspirações e sentidos de tempo diversos e contemporâneos, deixando para trás séculos de concepções coloniais sobre esse espaço, aguçadas na fase neoliberal com o projeto IIRSA<sup>1</sup> do Banco Mundial e prolongadas, de maneira mais intensa e agressiva, desde 2010 sob a iniciativa do Brasil. Este é, precisamente, o significado das marchas que partiram das florestas e das planícies orientais até a sede altiplânica do Estado, cuja oitava versão as populações que habitam o TIPNIS conseguiram o reconhecimento de seus territórios através de uma lei difusa – a lei 180 – que

---

1 Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, ver infra.

hoje foi substituída por outra ainda mais difusa e mentirosa, a *Lei 226 de Proteção, desenvolvimento integral e sustentável* que, longe de proteger o parque, autoriza sua destruição.

É necessário enfatizar que a ancestralidade do modo de vida indígena da Amazônia e dxs amazônidxs, como denomina Carlos Walter Porto-Gonçalves<sup>2</sup>, não impediu a geração de múltiplas iniciativas histórico-políticas de tom democrático e cidadão – as 9 marcas pelo território e dignidade protagonizadas por estes povos entre 1990 e 2012 – que conseguiram interrogar todos os estratos da sociedade. Suas demandas provocaram um diálogo crítico nacional – particularmente entre os jovens – que questiona a raiz dos modelos de desenvolvimento vigentes desde o século passado, exacerbados com as reformas estruturais neoliberais dos anos 1990. É por isso que o conflito do TIPNIS representa, hoje, a coluna vertebral de definições da crise neoliberal iniciada nos anos 2000, pois essa crise não terminou e pode-se dizer que acaba de recomeçar.

Apesar de seus altos e baixos, incluindo derrotas, as mobilizações indígenas da Amazônia deixaram uma pegada duradoura em nossas sociedades. A preocupação meio-ambiental encarnou-se nos mais diversos setores pois todxs sofremos, e sofremos de diferentes maneiras, os efeitos da mudança climática que os governos progressistas querem, paradoxalmente, paliar com mais mudança climática. Um conhecimento importante que nos compartilha Porto-Gonçalves é que a compreensão da ecologia da floresta amazônica é uma chave para enfrentar esta crise. Demonstra o autor que as territorialidades reclamadas pelos povos indígenas da região amazônica forjaram-se em um processo permanente de resistência, resiliência e autopoiese, como comunidades humanas e não humanas que criaram, ao longo de milênios, formas susten-

---

2 Este é um dos felizes neologismos deste livro, ao mesmo tempo erudito, pedagógico e criativo. Outro exemplo é chamar de “eeurocentrismo” a coalizão de poderes moderno-coloniais e “eeuropa” a esse espaço-tempo e modo de vida.

táveis de co(n)-viver e co-realizar o metabolismo sui-generis de um dos mundos selváticos mais extensos e complexos do planeta.

O trabalho do Carlos Walter Porto-Gonçalves expõe detalhadamente este contexto macro-geográfico necessário para entender o conflito do TIPNIS e nos mostra a magnitude continental das ameaças que perpassam a Amazônia, região compartilhada por cinco países e cujo devir afeta a sobrevivência do planeta inteiro. O autor estudou desde décadas as configurações socio-políticas e as lutas de resistência territorial na região amazônica de seu país e formou, na Universidade Fluminense do Rio de Janeiro, várias gerações de geógrafos críticos que continuaram estudando os problemas socio-ambientais de suas respectivas regiões<sup>3</sup>. Destaca seu trabalho de pesquisa e acompanhamento às lutas dos seringueiros no nordeste do Brasil por um modelo de *reservas extrativistas* que permitiram um uso sustentável dos recursos da floresta e a produção de um modo de vida comunitário com a contribuição de indígenas, mestiços e afros<sup>4</sup>.

O alcance do trabalho que apresentamos diz respeito a toda a região amazônica e mostra os impactos da reconfiguração geográfica em curso. Mediante um detalhado estudo de diversos processos de circulação e intercâmbio de energias entre grupos humanos e seu habitat selvático podemos ver a complexidade socio-metabólica amazônica e a grande transformação que se está operando aqui por obra dos interesses corporativos do capitalismo

---

3 Ver, por exemplo, a tese doutoral de Milson Betancourt (2015) e os vídeos no youtube sobre seus três casos de estudo na Bolívia, Peru e Colômbia. Disponível em: [https://www.youtube.com/channel/UCfsbCnaqUPC7B-mVN\\_GcAeA](https://www.youtube.com/channel/UCfsbCnaqUPC7B-mVN_GcAeA)

4 A respeito disso, ver seu livro *Geo-Grafiyas* (2001), onde realiza uma análise profunda sobre as disputas territoriais e a história da exploração seringueira, que depois da crise do mercado internacional da borracha elástica continuou abastecendo o mercado interno brasileiro e permitiu a subsistência de singulares coalizões indígenas-camponesas-seringueiras para a produção sustentável de borracha e castanha sem destruir o ecossistema selvático. Recordemos o assassinato, em 1998, de seu extraordinário líder, o trabalhador e ideólogo Chico Mendes.

mundial. A preeminência do capital chinês nestes empreendimentos, tal como a cumplicidade e co-responsabilidade dos Estados – sejam eles neoliberais ou neopopulistas – aparece em todos os capítulos da seção dedicada aos Megaprojetos da IIRSA. A origem da IIRSA foi um plano internacional de vasto alcance lançado pelo BID e pelo Banco Mundial que não era mais que o apogeu, junto a ALCA<sup>5</sup>, das reformas estruturais agressivamente impostas por meio do mal fadado *consenso de Washington*. Os projetos IIRSA que versam sobre a construção de estradas, usinas hidrelétricas e de prospecção e exploração de derivados de petróleo demonstram a participação direta do capital estatal em aliança com o transnacional – principalmente chinês e brasileiro – enquanto no último parágrafo, dedicado à mineração, o autor destaca o dinamismo do setor privado e dos empreendimentos ilegais de pequena e média escala. Tudo isso demonstra que estamos frente a um execrável futuro de avassalamento e eliminação física das florestas da região amazônica e do extermínio de seus povos.

A imprensa e a ciência de nossos países parecem eludir por completo a magnitude destes processos ecocidas e genocidas iniciados décadas atrás de mãos dadas com as ditaduras militares e exacerbados pela ávida perseguição de riqueza e valor de troca dos capitalismo de novo cunho, vale dizer as transnacionais do sul – os chamados BRICS<sup>6</sup>.

Daí a importância deste livro, cujo âmago consiste em uma exposição minuciosa dos projetos incubados nas últimas décadas pelos poderes mundiais enfocados nesta região, antes marginal, hoje vista como reserva a ser predada a toda velocidade.

Eis aí a origem da estrada pelo TIPNIS, que forma parte do mesmo impulso modernista e do mesmo imaginário colonial que alimenta todas as ações dos governos denominados progressistas

---

5 Área de Livre Comércio das Américas.

6 Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

na América do Sul. Porto-Gonçalves não deixa de mencionar que o mesmo esquema se repete com o governo de Daniel Ortega, na Nicarágua, e seu projetado canal bioceânico cuja construção foi entregue a uma empresa chinesa. Acrescentaríamos que este empreendimento de esquerda ex-sandinista foi resistido por pelo menos 82 marchas indígenas duramente reprimidas. Detendo-se em outros exemplos, principalmente do Brasil, Peru e Colômbia, o autor expõe a forma de exercício da repressão e da violência no contexto de relações de poder altamente desiguais, com o objetivo de criar as condições para o saqueio organizado e insensato chamado IIRSA.

Os megaprojetos que o compõe iniciaram-se no ano de 2000 e se concentraram na construção de estradas, hidrovias e usinas hidrelétricas com a ampliação concomitante dos investimentos privados na exploração da madeira, do petróleo e de minerais. O conjunto de projetos foi assumido pela UNASUR no ano de 2010 – quer dizer, pelos governos de esquerda da Venezuela, Equador, Bolívia e Brasil – em consonância direta com os esquemas neoliberais que tais governos supostamente buscavam superar<sup>7</sup>. No caso das hidrelétricas, o autor mostra o funcionamento do que Zibechi chama de *sub-imperialismo brasileiro*. A soberania nacional fica no sótão do esquecimento estatal se percebermos que no ano de 2012 o Ministério de Minas e Energia do Brasil “estimou o potencial hidrelétrico dos países vizinhos com vistas à exportação de excedentes ao Brasil. 180.000 MW ao Peru, 20.3000 à Bolívia e 8.000 MW para a Guiana Francesa”. Eis aí a origem das represas de El Bala, Chepete e Rositas, que são publicizadas como auto-afirmação soberana em matéria de energia.

Na Bolívia a marcha ao norte e a conquista da floresta foram esboçadas já pelo MNR nos anos 1950. Fazendo-se um salto ao

---

7 A respeito disso, o pesquisador Mauro aponta claramente que “A aliança da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) é uma aposta, filha da globalização, para estruturar a região de acordo com um plano. Esta iniciativa avalada em 2000 pelos doze Estados nucleados na UNASUL é a segunda parte do Consenso de Washington de 1989”.

presente, esta continuidade é silenciada, da mesma forma que a continuidade neoliberal, para disfarçar com novas roupagens discursivas a mesma forma velha e colonial de expoliar os territórios amazônicos e as pessoas que os habitam. Porto-Gonçalves identifica, uma a uma, as continuidades coloniais e modernistas de novos discursos que surgiram ao calor do desenvolvimentismo extrativista da última década, particularmente durante o auge dos governos progressistas. Continua-se vendo a região amazônica como no século XIX, como espaço vazio ou *território de colônias*, transformado logo em *zonas de colonização* e finalmente em territórios indígenas e parques nacionais delimitados, os quais hoje estão sendo entregues ao interesse privado. A Amazônia foi pensada também, desde os anos 1950, como zona de escape para a pressão demográfica e para o minifúndio das terras altas – projetos de colonização dirigida da Aliança para o Progresso – ou como o eixo de desenvolvimento e integração oriente-ocidente. Hoje a invasão cocaleira pelo polígono 7 do TIPNIS não é mais a colonização de outrora, produto do transbordamento da pobreza rural no altiplano e nos vales, senão a agressiva incursão do capital empresarial cocaleiro já ambientado e climatizado em terras baixas e cujos negócios participam, em convivência com o estamento militar, do esquema capitalista predatório e ilegal que está sendo implementado no TIPNIS. Finalmente, o olhar colonial sobre a Amazônia se expressa na crença multicientenária de que se trata de um território de inesgotável e imensa riqueza, cuja exploração acelerada outorgará ao Estado uma quantia elevada de renda para compensar os desastres ambientais e sociais que todo este esquema provoca.

Que tentativa frustrada, então, a do vice-presidente García Linera tentando negar, em seu livro *Geopolítica da Amazônia* (2012), que a estrada pelo TIPNIS seja parte dos eixos e corredores da IIRSA. Odebrecht e OAS não fazem mais parte dos atores que disputam esse território. A conexão entre a estrada e o esquema global da IIRSA foi clara nos discursos de 6 de agosto deste ano, pronunciados pelo vice-presidente e pelo presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, em ocasião da aprovação da lei 226 que elimina os aspectos protetores da lei 180. Basta relacionarmos a

crítica falsificadora e tendenciosa do vice-presidente contra os movimentos ecologistas indígenas – justificativa para invadir o TIPNIS – com o anúncio da construção de um corredor bioceânico cujo traço, anunciou triunfalmente Evo Morales, finalmente foi corrigido e passará agora pelo norte da Bolívia. Esses discursos, vinculados entre si pela retórica do desenvolvimento, resultam na evidência mais clara de que a estrada pelo TIPNIS faz parte de um esquema regional guiado pelo interesse dos poderes e dos capitais mundiais, os quais impõem, como indica Porto-Gonçalves, “uma divisão territorial do trabalho em uma geografia desigual de benefícios para uns poucos e expoliações para as periferias e para a gente subalternizada de toda a região”

Apesar da magnitude e da escala dos capitais investidos – na região amazônica operam 71 empresas petroleiras e existem mais de 1 milhão de km<sup>2</sup> em exploração. Já as de mineração cobrem uma área de 1.6 milhão de km<sup>2</sup>. Projetou-se também a construção de 246 usinas hidrelétricas –, o autor destaca ao final de seu livro que este processo abriu um novo ciclo de conflitos e de lutas, cuja intensidade e legitimidade não fará mais que crescer. As persistentes e duramente reprimidas mobilizações dos povos indígenas amazônicos, nas últimas décadas, estão chegando a um ponto de inflexão que permitirá, ao menos isso é o que desejamos, que a sociedade inteira se envolva no debate e assuma o desafio proposto pelas mobilizações do TIPNIS. Assumir este desafio significa pensar e atuar coletivamente, como comunidade política nacional, para tornar possível outra relação com a floresta. Escutemos o que diz o autor para vislumbrar suas implicações epistêmicas e políticas.

“A Amazônia não se salvará, como se acostuma dizer, partindo dos mesmos princípios epistêmicos-políticos que devastaram todo o planeta. A Amazônia não é só a floresta e a água, é também a cultura dos povos que aí vivem e que detêm um enorme patrimônio de conhecimentos da floresta, dos rios e outros valores que, neste momento de caos sistêmico e de crise... nos oferecem como alternativa ao conjunto da sociedade.” (Parágrafo 122)

# Resumo

Analisa-se a complexa e contraditória dinâmica sociogeográfica da Amazônia destacando as múltiplas territorialidades ali presentes, de onde emanam diferentes potencialidades para o futuro da região. Consideram-se as distintas escalas geográficas implicadas (local, regional, nacional e internacional/global) e as tensões/contradições/conflitos que estão sendo protagonizados pelos grupos sociais que ali se constituem/se confrontam, sobretudo as que derivam da nova fase de reconfiguração regional através dos megaprojetos de infraestrutura que estão sendo postos em curso na região.



## I

# Introdução

1- A análise que oferecemos da Amazônia se inspira tanto em contribuições científicas recentes como também na rica contribuição do conhecimento ancestral-histórico dos diferentes povos/etnias/nacionalidades/grupos/classes sociais que vivem a região.

2- São múltiplas as possibilidades que se abrem do ponto de vista epistemológico, com seus evidentes efeitos teóricos, conceituais e metodológicos, que emanam do diálogo entre as contribuições científicas recentes e essas outras matrizes de conhecimento. Destacamos a necessidade de superar, na análise da região: (1) a separação natureza-sociedade, (2) a dicotomia espaço-tempo, (3) a visão linear da história (evolucionismo) e (4) o etnocentrismo, ou melhor, a colonialidade do saber e do poder que ainda prevalecem nas análises acerca da região.

3- A revolução científica (e filosófica) que emana das Ciências Naturais, em particular da Física, não só aponta para a superação da dicotomia entre o espaço e o tempo acima aludida, como também para a superação da dicotomia entre o objeto e o sujeito do conhecimento, desde que Werner Heisenberg (1901-1976) começou a abalar os alicerces da ciência positivista e do determinismo com seu “princípio da indeterminação”. No campo propriamente das Ciências Sociais, inspiram-nos o geógrafo Milton Santos com sua

tese do “espaço geográfico como acumulação desigual de tempos”, e o historiador Marc Bloch com sua tese da “contemporaneidade do não coetâneo”. É interessante observar como essas novas formulações científicas e filosóficas abrem pontes de diálogo com múltiplas matrizes de racionalidade forjadas ancestralmente por diversos povos/etnias/nacionalidades que vivem a região. A antropologia e a arqueologia têm apontado que outras matrizes de conhecimento se desenvolveram sem dicotomias como homem-natureza, espaço-tempo e sujeito-objeto. Sabemos como esses saberes/práticas foram desqualificados (epistemicídio, conforme designou Boaventura de Sousa Santos) por não serem científicos e filosóficos, como se essas fossem as únicas formas de conhecimento válidas. Josef Esterman, em seu livro *A Filosofia Andina*, nos mostra como a tradição dos povos que habitam a grande cordilheira, como os quechuas e os aymaras, não têm uma palavra (1) para designar uma unidade indivisível da matéria na medida<sup>1</sup> em que, para eles, tudo é relação e relação de relação; (2) não têm uma palavra para o que designamos como Natureza, o que implicaria vê-la separada dos seres humanos ou, ainda, (3) uma palavra para designar espaço ou tempo. Entretanto, para que não sejam vistos pelo que não têm, identifiquemos alguns equivalentes homeomórficos (Panikar), como chamam os hermenutas, que nos permitem um diálogo entre matrizes tão distintas de conhecimento, como no caso da palavra-conceito quéchua-aymara *Pacha*, que usam para designar o espaço-tempo, e não espaço e tempo; ou *Pachamama*, que usam para designar a fonte de toda a vida e que se aproxima da ideia grega de *Physis*, onde não se separa espírito e matéria. *Pachamama* implica o mundo lunar e sublunar, o espírito e a matéria, enfim, toda a comunidade da vida em relação, e não o que nós designamos natureza.

---

1 Sabemos como a racionalidade hegemônica que se impôs na Europa (e que a Europa impôs ao mundo) se funda no que Cornelius Castoriadis chamou “lógica identitário-conjuntista” (Castoriadis, 1982) em que tudo se reduz a uma unidade indivisível da matéria, seja o átomo na física, a molécula na biologia ou o indivíduo nas ciências da sociedade. Enfim, até a física quântica, o átomo/indivíduo reinava soberano (PORTO-GONÇALVES, 1989).

4- A Amazônia é uma região que nos oferece a possibilidade de uma análise crítica, de caminhos que superem a encruzilhada que o padrão de poder e de saber fundado na ideia de “dominação da natureza” (Francis Bacon) que nos conduziu ao colapso ambiental que hoje vivemos. E não só pelas funções que o metabolismo específico da região cumpre no metabolismo do planeta como um todo, mas também pelas múltiplas matrizes de conhecimento que seus povos/etnias/nacionalidades comportam e ativam e que nos oferecem referências para uma relação de convivência, e não de dominação, com as condições materiais da vida (terra-água-sol-vida).

5- Há registros de ocupação humana na Amazônia há mais de 17 mil anos antes do presente, como na Formação Cultural Chiribiquete, na Amazônia da atual Colômbia. Centenas de povos/etnias/nacionalidades se constituíram na região antes mesmo que a floresta ocupasse a imensa área que hoje ocupa, o que só passaria a ocorrer a partir de 12 mil anos antes do presente, quando a última glaciação fez com que as calotas polares e os glaciares começassem a recuar às posições latitudinais e às altitudes que hoje ocupam (Ver Mapa 1). Considere-se que, à época da última glaciação, um imenso volume de água estava fora de circulação no planeta tendo em vista que as calotas polares e os glaciares ocupavam áreas mais amplas e, assim, essas águas em estado sólido permaneciam fixadas ao solo. Com o recuo das glaciações às posições atuais, um maior volume de água passou a circular e a se precipitar sob a forma de chuvas de modo mais concentrado nas regiões equatoriais e tropicais e, deste modo, ensejando condições para a ampliação geográfica da floresta que estava restrita a alguns refúgios em alguns locais mais úmidos, conforme nos ensina a teoria dos refúgios, de Azis Ab’Saber e Paulo Vanzolini. Desde então, isto é, de 12 mil anos antes do presente até nossa época, temos a presença humana co-evoluindo em meio à floresta e, assim, forças cósmicas ensejaram mudanças climáticas globais (glaciações) e ofereceram as condições de possibilidade de um vigoroso fluxo de matéria e energia (Sol, Água, Terra = Vida), com uma enorme disponibilidade de biomassa, condições com as quais os povos/etnias/nacionalidades passaram a desenvolver diversas formas de conhecimento necessárias para

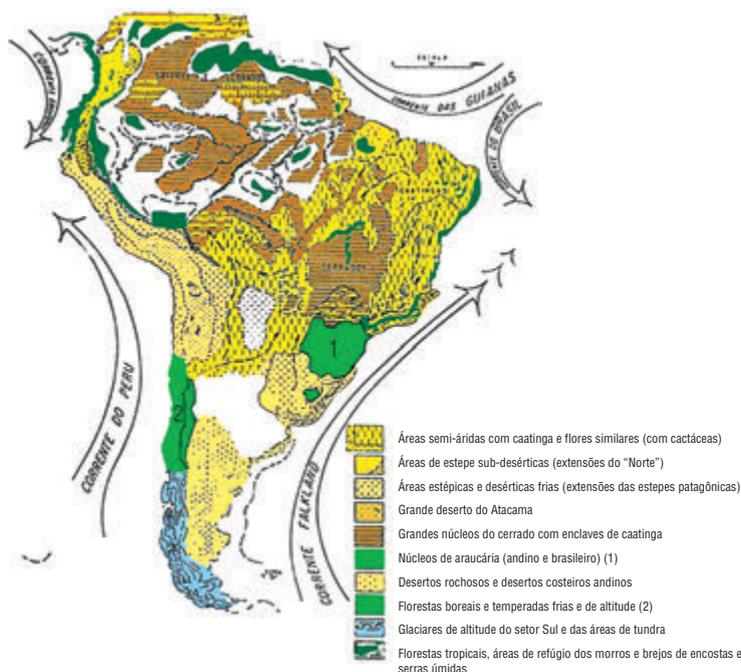
comer (caça, coleta, pesca, agricultura), para habitar (arquitetura) e para curar-se (múltiplas medicinas). Assim, na Amazônia não há só uma imensa floresta e uma imensa bacia hidrográfica, como comumente é destacado, mas também um patrimônio de conhecimentos desenvolvidos com (e não contra) essas condições da vida e com os quais devemos dialogar.

6- O que assinalamos até aqui nos abre a perspectiva de uma análise do que chamamos geograficidade da história, que nos obriga a ver a sociedade em seu metabolismo biogeofísico num espaço-tempo determinado, no caso, a região amazônica. Assinalemos, ainda, que o espaço-tempo não é visto aqui tal e como o filósofo I. Kant (1724-1824) como *intuição a priori*, mas como espaço-tempo corporificado, materializado. Afinal, desde o Holoceno, quando um novo tempo se abriu na geografia do planeta, depois da última glaciação, a matéria viva ganhou uma nova dinâmica material e que se configura como uma nova geografia que, na Amazônia, habita a mais densa floresta e a maior bacia hidrográfica do planeta, onde múltiplos povos/etnias/nacionalidades passaram a conviver e a conformar a Amazônia como um complexo espaço geográfico de acumulação desigual de tempos que nos coloca desafios analíticos e... políticos.

Afinal, haveremos de saber combinar a compreensão do que se passa nas diferentes escalas – local, regional, nacional, subcontinental e global – sabendo que as escalas são atravessadas e constituídas por relações sociais e de poder. E, mais, hoje sabemos que o atual metabolismo amazônico só foi possível pela mudança climática global derivada do recuo da última glaciação e que esse mesmo metabolismo amazônico é importantíssimo para a dinâmica metabólica global atual. Todavia, a região que até muito recentemente estava relativamente preservada da dinâmica destrutiva que caracteriza o sistema mundo capitalista moderno-colonial vem sendo submetida, sobretudo nas duas últimas décadas, a uma mudança radical em seu metabolismo sociometabólico que, tudo indica, terá gravíssimas consequências para a dinâmica metabólica global e a continuar nos ritmos dos últimos 40 anos nos levará a

um verdadeiro colapso ambiental global. E não se trata de retórica apocalíptica, comum ao mundo das ONGs que vive das ameaças que propaga, mas de uma análise que se funda não só em rigorosa análise científica, mas também no diálogo de saberes com outras matrizes de racionalidade que nos oferecem outras perspectivas de conhecimento que informa esse ensaio. Eis a aposta e o convite que fazemos ao leitor para que nos acompanhe.

Mapa 1\*



Observemos no mapa que a área correspondente à Amazônia atual era, nesse período da última glaciação, amplamente dominada por "Grandes Núcleos de Cerrado com enclave de Caatinga" (cor marrom).

\* Todos os mapas correspondem a RAISG (2012). Amazonía bajo presión. Disponível em: [www.raisg.socioambiental.org](http://www.raisg.socioambiental.org)  
<http://www.raisg.socioambiental.org>



## II

# Das relações de poder e das visões sobre a Amazônia

### II.1 - Das visões sobre a Amazônia

7- Por ser a Amazônia uma região situada numa posição periférica no interior de países periféricos no sistema mundo capitalista moderno-colonial, lhes escapa até mesmo o poder de falar sobre si mesma. Sendo assim, prevalecem visões *sobre* a Amazônia, e não visões *da* Amazônia. E, mesmo quando se fala de visões da Amazônia, não são as visões dos amazônidas – principalmente de seus povos/etnias/nacionalidades e grupos/classes sociais em situação de subalternização/opressão/exploração – que nos são oferecidas.

8- Algumas ideias têm sido centrais na formulação de políticas *sobre* e *para* a região, a saber: I - Amazônia como natureza prístina; II - Amazônia como vazio demográfico; III - Amazônia como “reserva” e fonte inesgotável de recursos; IV - Amazônia como região do futuro.

9- A imagem mais conhecida da Amazônia é a de uma imensa bacia hidrográfica, a maior do mundo, coberta de uma extensa floresta tropical úmida, área de aproximadamente 8 milhões de km<sup>2</sup>, cobrindo extenso “vazio demográfico”.

**10-** Trata-se, rigorosamente, de uma imagem colonial que marca a formação geo-história da região a partir da chegada do “colonizador”, para os povos da região “invasores”, visão essa que ignora que a região é habitada há, pelo menos, 17 mil anos. Na Amazônia do atual Brasil, o registro mais antigo que se conhece é de 11.200 anos, na Caverna da Pedra Pintada, no município de Monte Alegre, no Pará.

**11-** Essa visão colonial toma como natural o fato de na região predominarem cinco línguas – o espanhol, o português, o inglês, o francês e o holandês –, mas pouco se destaca que ali vivem cerca 240 povos indígenas e que ali são faladas mais de 180 outras línguas. Pouco se fala que as cinco línguas destacadas são línguas coloniais, o que já indica que a região é mundializada há cinco séculos, e que os povos que ali habitam experimentam essa invasão colonial desde então. E r-existem, a despeito de discursos nacionalistas que ignoram essa larga história de r-existência quando, hoje, denunciam a internacionalização da Amazônia e bradam *slogans* como “a Amazônia é nossa”, onde esses povos são olvidados. Enfim, ignoram o “Colonialismo interno”, como Pablo Gonzáles Casanova denuncia há mais de 50 anos.

**12-** Essas visões subsidiam políticas que silenciam/invisibilizam esses povos/etnias/nacionalidades, assim como as comunidades negras quilombolas/*pallenqueras* e camponesas (ribeirinhos, seringueiros, castanheiros etc.) que ali habitam numa larga trajetória de ocupação da região e seu acervo de conhecimentos produzido durante esses 17 mil anos.

**13-** Destaquemos que tratar a natureza separadamente da vida/da cultura dos povos é um horizonte de sentido ignorado pela maioria dos povos/culturas que habitam tradicionalmente a Amazônia. Nas práticas técnico-culturais dos povos andino-amazônicos, os solos, a floresta, os rios, os lagos e as lagoas são condições de vida com as quais tiveram que se haver e com as quais desenvolveram fazeres/saberes enquanto condições materiais de

reprodução/criação de sentidos para a vida. Assim, a ideia de uma natureza intangível recentemente invocada pelo sociólogo Álvaro Garcia Linera, na condição de vice-presidente do Estado Plurinacional Comunitário da Bolívia, não contempla as práticas dos povos que ali habitam que, ao contrário, sempre se apropriaram das condições de vida que a região lhes oferece e, portanto, jamais trabalharam com a ideia de intangibilidade<sup>2</sup>, de natureza intocada. Considerar a Amazônia como natureza de modo antropocêntrico, como o faz a tradição *eeuurocêntrica* que moderno-colonialmente se impôs ao mundo, autoriza sua dominação – “a dominação da natureza” –, já que existiria a serviço do homem: antropocentrismo. Todavia, destaquemos que, quando se afirma o antropocentrismo, é de androcentrismo que se trata, pois se fala do Homem e se faz ignorando a Mulher. E, mais, não se trata sequer de um Homem genérico, mas do homem branco, europeu e burguês; este, sim, autorizado a dominar a natureza, inclusive dos povos que são associados à natureza. Sublinhemos que aceitar a ideia-força de conhecimento para a “dominação da natureza” (*Francis Bacon* – 1561-1626) é pensar/agir a relação sociedade-natureza a partir de uma situação de exterioridade e, ainda, com uma lógica de guerra/dominação como reza a tradição falocrática. Enfim, é a lógica da produção que predomina, não a lógica da reprodução da vida. Não é a lógica de cuidar da natureza, que seria mais próxima de uma perspectiva feminina, enfim, não é essa lógica que comanda a tecnociência que se afirma a partir da centralidade geopolítica e geocultural burguesa europeia-estadunidense, *eeuurocêntrica*.

**14-** Assim, a Amazônia, na medida em que é vista como Natureza, já estaria de antemão destinada a ser dominada pelo Homem, pela cultura e, já vimos, não qualquer Homem, nem qualquer

---

2 A ideia de intangibilidade foi invocada pelo governo boliviano no conflito do TIPINS (Terra Indígena do Parque Nacional Isiboro-Sécure), que buscava justificar a intervenção naquela TCO (Terra Comunitária de Origem) em nome de projetos de desenvolvimento com o pressuposto de que a natureza não podia permanecer sem ser usada, intangível. Com isso, ignorava-se a ancestralidade do intercâmbio sociometabólico ali existente.

cultura. Afinal, vivemos sob o paradigma que separa Natureza, de um lado, e Homem/Cultura de outro, enfim, que dá sustentação ao sistema mundo capitalista moderno-colonial patriarcal onde um lado é Ativo – o Homem, varão-branco-burguês, europeu – e o outro Passivo, a Natureza/a Mulher/o trabalhador manual/não branco-negro-indígena. Já estamos devidamente preparados para aceitar essa disposição dos entes como se fora natural. Eis a colonialidade do saber e do poder (Edgardo Lander e Anibal Quijano).

**15-** A ideia da Amazônia como “vazio demográfico” se faz presente ainda hoje nos documentos oficiais da IIRSA/COSIPLAN<sup>3</sup>. Essa ideia autoriza a sua ocupação por não amazônidas, na medida em que estaria vazia. Esvaziada de gente, a Amazônia é Natureza, fonte inesgotável de recursos que estariam reservados, no futuro, para outrem, quando, aí sim, cumpriria o papel de redimir nossas sociedades do “atraso” e do subdesenvolvimento. Assim, sendo *futuro* a região e suas gentes não é *presente* e, assim, o ciclo se fecha, pois, o vazio demográfico nos diz que não há ninguém presente, e a região está reservada no futuro a outros que vêm de fora. As ideias de “reserva” e de “vazio demográfico” se mostram, assim, coloniais.

**16-** Sob esse “magma de significações imaginário” (Cornelius Castoriadis) que funda a sociedade capitalista moderno-colonial, cabe à Amazônia a condição de estar a serviço dos desígnios da

---

3 Pronunciamento de Carlos Lessa, então presidente do BNDES nomeado pelo Pres. Lula da Silva, em 2003, no Seminário de Prospecção de Projetos promovido por esse banco em conjunto com a Corporação Andina de Fomento (CAF): “Eu não sei se a energia dessas usinas será para Manaus, se irá numa ou noutra direção, mas estou absolutamente certo de que 4,8 mil quilômetros de aquavias – 30 milhões de hectares de terras no Brasil, na Bolívia e Peru abertos à produção – representam para a história do continente um movimento em pequena escala do que foi a ocupação do velho oeste do continente norte-americano. Eu acho que é um gesto, um projeto que tem este significado de pôr a modernidade sul-americana na hinterlândia ainda não ocupada” (LESSA apud CARVALHO, 2004, p. 46).

acumulação de capital e do desenvolvimento de suas forças produtivas com a função de supridora de “recursos naturais”, como a geopolítica do sistema mundo capitalista moderno-colonial impõe aos continentes/países/regiões/lugares coloniais, sobretudo aos grupos/classes sociais em situação de subalternização nessas diferentes escalas. Esse é o pano de fundo sobre o qual uma nova (nova?) chave de leitura é imposta, mais uma vez de fora, desde finais dos anos 1960 e, sobretudo, desde os anos 1970: a chave ecológica. Essa nova (?) chave de leitura se aproxima de velhas perspectivas conservacionistas, com fortes raízes nos EEUU (Sierra Club), que busca a criação de áreas protegidas seja em função de seu valor científico e/ou estético (parques nacionais, reservas biológicas etc.) que tem na UICN – União Internacional de Conservação da Natureza – sua principal instituição internacional, mas também pelas oportunidades de ser transformada em novas *commodities* da economia verde pelo capital financeiro. Essa nova (nova?) chave de leitura tem nos capitais das novas indústrias ligadas à engenharia genética e de novos materiais um de seus suportes e, mais recentemente, reinventada pelo capital financeiro. De certa forma, esses novos setores do capital industrial têm uma relação diferente com as fontes de matéria-prima, por sua valorização do material genético (biodiversidade, germoplasma), ao contrário dos setores tradicionais, que põem a floresta abaixo, agora para o avanço da pecuária, para qualquer monocultura. E, mais recentemente, pelo capital financeiro com sua enorme avidez para inventar mercadorias fictícias que só existem para ampliar a circulação-acumulação de uma economia especulativa, como o mercado de carbono e seus bônus e ônus.

17- Essa relação contraditória entre diferentes setores das classes capitalistas com relação ao objeto de trabalho – para uns, o que importa é o subsolo para exploração mineral ou a terra nua em grande extensão para a agricultura e para a pecuária e, para outros, é o germoplasma e a diversidade biológica – abriu espaço para que grupos sociais, até então invisibilizados, adentrassem à cena política, como os povos indígenas, quilombolas/*pallenqueros*/

cimarrones e camponeses/ribeirinhos (e outros), ensejando, inclusive, que se estabelecessem relações ambíguas entre esses capitais e alguns desses grupos/classes sociais. Esse contexto também abriu espaço para que grupos camponeses e outros, com suas lutas de resistência, se reinventassem ensejando o que alguns autores, como Martinez Allier, chamaram de “ecologismo dos pobres”, “ecologia popular” e “ecosocialismo”. Daí emerge uma ecologia política com forte relação com os movimentos populares na América Latina. Na Amazônia, o movimento dos seringueiros do Acre, no Brasil, rompeu com o paradigma que separa homem e natureza ao afirmar que na floresta tem gente e ao estabelecer uma aproximação com os povos indígenas com a Aliança dos Povos da Floresta. Sua liderança mais expressiva, Chico Mendes (1944-1988), ressignificou ecologicamente uma antiga questão dos movimentos sociais na América Latina, afirmando que a Reserva Extrativista era a reforma agrária para os seringueiros. Grupos/classes sociais do mesmo gênero também se forjaram em vários locais da Amazônia, como no conflito do TIPNIS, na Bolívia; em Bagua, no Peru; em Pastaza, no Equador; em Putumaio, na Colômbia, e vem se formando na resistência contra barragens na Amazônia em vários países da região. Outras vezes se fazem ouvir e, em grande parte, inspiram esse ensaio que procura trazer essas perspectivas ao debate sobre o destino da Amazônia.

## **II.2 - Das relações de poder, da geografia política interna**

**18-** A imensa bacia hidrográfica coberta pela extensa floresta tropical úmida, que abarca uma área de aproximadamente 8 milhões de km<sup>2</sup>, cobre os “fundos territoriais” (Robert Moraes) de oito países soberanos e uma anacrônica colônia política, a Guiana, ainda sob domínio político francês. É preciso levar em conta que os diversos estados territoriais (países) são constituídos por “blocos históricos” de poder (GRAMSCI, 1985) que conformam suas diversas regiões e suas relações/alianças internas. Os “fundos

territoriais” amazônicos são regiões cujos “blocos históricos” de poder estão situados numa relação subordinada no interior das relações sociais e de poder que conformam a geografia política interna dos países amazônicos.

**19-** Não podemos deixar de considerar que esses “blocos históricos” regionais são internamente conformados por relações sociais e de poder, onde podemos identificar grupos/classes sociais situados em posições distintas, seja como grupos/classes sociais hegemônicas ou em situação de subalternização no interior da própria Amazônia. É o caso dos camponeses afroindioamazônidas, das etnias/povos/nações indígenas, das diversas formações camponesas (ribeirinhos, seringueiros, balaiteiros, açazeiros, dos agricultores migrantes assentados ou em acampamentos entre muitos) e, ainda, das populações pobres das periferias urbanas, na sua maior parte constituída pelos filhos daqueles grupos/classes sociais.

**20-** Sob esse jogo complexo de poder, devemos analisar a Amazônia considerando que essas relações sociais e de poder se tornaram ainda mais complexas nos últimos 40 anos com a reconfiguração política e geográfica no sistema mundo capitalista moderno-colonial, e mais especificamente na década de 1990 quando o capital industrial começa a se trasladar para a Ásia, particularmente para a China e também a se aprofundar internamente na própria região. Nesse contexto, abrem-se novas possibilidades de relações sociais e de poder entre os grupos/classes sociais através dos lugares, das regiões e entre os países.

**21-** O sistema mundo capitalista moderno colonial vive, desde 1960, uma crise de seu padrão de poder (e de saber), como se depreende do fato de grupos/classes sociais tradicionalmente invisibilizados começarem a se fazer presentes na cena política, com destaque para os negros, os indígenas, as mulheres, para não mencionar o caso dos trabalhadores urbanos e, em particular, dos camponeses que foram responsáveis pelas grandes revoluções do

século XX, como bem exemplificam as revoluções mexicana, de 1910, e a chinesa, de 1949, entre muitas. Considere-se, ainda, que um dos pilares do sistema mundo capitalista moderno-colonial, qual seja, a ideia de dominação da natureza, que funda toda sua racionalidade técnico-científica, começa a ser questionado, sobretudo depois de Hiroshima e Nagasaki, dos efeitos da revolução verde e dos produtos geneticamente modificados em laboratório do capital industrial (PORTO-GONÇALVES, 2007<sup>4</sup>). Desde finais dos anos 1960, com a contracultura, novos valores emanam das ruas, entre eles o ecológico. Vimos que a partir daí ocorre uma ressignificação acerca da Amazônia, agora por sua função na dinâmica ecológica planetária. Todavia, desde essa época, a região começa também a passar por uma radical mudança nas suas formas de organização sociogeográfica, com fortes e graves implicações em seu metabolismo, pois começa a avançar sobre e contra a região o velho paradigma da extração destrutiva com a construção de grandes rodovias, com a expansão da exploração mineral, gasífero-petroleira, da agropecuária de exportação e da extração madeireira.

22- Até 1960, os povos da região se organizavam sociogeograficamente em torno das várzeas e da floresta, seguindo o curso de seus rios e nas margens de seus lagos e lagoas e, no caso da Amazônia andina, lançando mão dos pisos ecológicos que o gradiente altimétrico proporciona, sacando proveito dessas condições variadas para se organizar com base na reciprocidade e complementariedade. O novo padrão sociogeográfico pós-anos 1960 chega com suas rodovias e ferrovias pela terra firme e barrando seus rios para produzir energia (PORTO-GONÇALVES, 2001) e, com isso, aumentando o potencial de transformação da matéria com seus quilowatts e megawatts. Segundo Paul Little, nas duas últimas décadas

---

4 PORTO-GONÇALVES, C. W. De Sementes, de Saberes e poderes ou de OGMs ou OLMs: em busca de precisão conceitual. Disponível em: <[http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/2007\\_de\\_sementes\\_de\\_saberes\\_e\\_de\\_poderes.pdf](http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/2007_de_sementes_de_saberes_e_de_poderes.pdf)>.

a magnitude dos impactos socioambientais causados pelos megaprojetos é de uma ordem qualitativamente mais alta que nas ondas prévias da expansão de fronteiras devido ao tamanho e alcance geográfico dos empreendimentos, ao número de projetos que estão sendo construídos simultaneamente e à enorme quantidade de capitais injetados neles (LITTLE, 2013).

Um novo padrão sociogeográfico se instaura com outra dinâmica sociometabólica: “a industrialização da selva”. Para nós trata-se de uma ruptura metabólica, pois passa a imperar a dinâmica da entropia sobre a dinâmica do Sol nosso de cada dia, da autopoiesis e da neguentropia, como veremos mais adiante.



### III

## Para compreender a complexidade sociometabólica amazônica

23- Como vimos na Introdução, vários povos habitam a Amazônia há mais de dez milênios, num complexo processo de coevolução com um geossistema extremamente complexo e altamente diversificado biologicamente que deu ensejo a uma enorme diversidade cultural. Estamos diante do que William Ballew e Darell Posey chamaram de uma “floresta cultural tropical úmida”.

24- A enorme produtividade biológica primária (entre 40 e 70 toneladas de biomassa por hectare/ano) ajuda a entender por que tantos pequenos grupos humanos conseguiram sobreviver na região. José Veríssimo (1857-1916), um dos mais lúcidos intelectuais da Amazônia brasileira, nascido em Óbidos, no Pará, salientara que toda essa riqueza biológica primária manejada pelas práticas culturais dessas populações teria sido fundamental para a liberdade e existência desses povos ao avanço do capitalismo. Aliás, essa enorme produtividade biológica primária seria a responsável também pela própria ocupação da região, na medida em que cada grupo social, mesmo pequeno, encontrava condições de reprodução material em um novo núcleo que se desprendesse de um tronco comum, como insinua Pierre Clastres. O mesmo se pode dizer de populações escravizadas que criaram territórios de liberdade *cimarroneando* nos bosques com seus frutos, resinas e ervas,

assim como em seus rios e lagos, com sua enorme piscosidade, que ofereceram condições materiais para sua liberdade nos quilombos, *pallenques* e *cumbes*. Afastemos, entretanto, qualquer determinismo naturalista, haja vista que a enorme produtividade biológica primária se constitui numa condição de possibilidade para esses territórios de liberdade que vicejaram em plena floresta, como se pode notar no Maranhão, no Pará e no Amapá.

25- Diante de tantos povos/etnias/nacionalidades que r-existiram à expansão capitalista moderno-colonial, nos vemos, hoje, diante de um enorme desafio ético-político, com explícitas implicações ecológicas. Como garantir os direitos desses múltiplos povos/etnias/nacionalidades consagrados – por exemplo, no Convênio 169 da OIT e na Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas – de que todos os países que exercem soberania na Amazônia são signatários, diante da demanda produtivista-consumista de “recursos naturais” alimentada pela lógica da acumulação de capital em busca de lucro que reduz a riqueza à sua dimensão quantitativa abstrata ilimitada?

26- Além disso, esses diferentes povos/etnias/nacionalidades não podem ser diluídos em um conceito de cidadania fundado na ideia de indivíduo que ainda comanda as democracias que não respeitam as diferenças culturais e políticas fundadas em comunidades. Já assinalamos que muitos desses povos/etnias/nacionalidades sequer têm uma palavra para designar indivíduo. Nesse sentido, haveremos de superar o “colonialismo interno” (Pablo Gonzalez Casanova) que ignora as múltiplas nacionalidades/povos/etnias que habitam o mesmo território dos diferentes estados/sociedades que se veem a si mesmos/as como uninacionais e, com isso, promovem um enorme desperdício de experiência humana (Boaventura de Sousa Santos) que são as culturas desses povos/grupos/classes sociais.

27- Segundo a ciência convencional, a enorme “produtividade biológica primária” (Leff) que acima aludimos se formou

com os solos lateríticos predominantes da região que, segundo essa mesma ciência convencional, seriam solos de baixa fertilidade. Eis o paradoxo: o maior volume de biomassa por área do mundo, entre 500 e 700 toneladas por hectare, teria se formado com solos considerados de baixa fertilidade pela lixiviação a que estão submetidos pela água abundante que lhes dissolve o cálcio, o potássio e o sódio. Todavia, a produtividade anual de 8 a 10% desse estoque de biomassa implica a média de 40 a 70 toneladas de biomassa por hectare/ano! Não há, em nenhum lugar do mundo, uma produtividade de biomassa por hectare dessa magnitude! Aqui, mais uma vez, é fundamental abrir pontes entre o conhecimento científico convencional e os conhecimentos ancestrais-históricos. Afinal, esses solos seriam pobres pelo processo de lixiviação que se acentua quando se retira a floresta, que é quem lhes fornece a matéria orgânica que dá origem ao húmus que, por sua vez, conforma essa enorme biomassa. Sendo assim, os solos da Amazônia só são pobres sob a perspectiva analítica disjuntiva que comanda as ciências convencionais que separa o orgânico do inorgânico, o químico do biológico, o climático do biológico, enfim, o solo da floresta. Uma visão não reducionista, geossistêmica, nos mostraria que o solo-água-Sol/fotossíntese-floresta forma um complexo metabolismo em que a floresta fornece a matéria orgânica que forma o húmus que sustenta a floresta. Sendo assim, os solos da Amazônia não são ricos nem pobres, são simplesmente compatíveis com a floresta<sup>5</sup>. O problema parece residir na colonialidade do poder e do saber que comanda as práticas/saberes daqueles que vêm desenhando as políticas para a região e que desconhecem essa dinâmica e que, por sua mentalidade colonial, se recusam a reconhecer que ali habitam povos/culturas que convivem com esse complexo metabolismo há, rigorosamente, milênios. Assim, com seus conceitos prévios, mais precisamente por seus preconceitos,

---

5 Aliás, como nos ensina Karl Polanyi (1886-1964), a natureza não tem escassez. Uma área seca é, simplesmente, uma área seca: essa é sua riqueza. Uma área úmida é, simplesmente, uma área úmida: essa é sua riqueza. O planeta, em seu metabolismo em equilíbrio instável, depende dessas diferenças que não só o conforma, mas que o constitui.

promovem, antecipadamente, um desmatamento (epistemológico?), na medida em que veem a floresta como um obstáculo porque querem a terra nua para fazer suas monoculturas ou seus pastos para o gado. Não propugnam por uma ocupação *com* a floresta, mas *contra* a floresta e, por isso, a derrubam. Se tomamos a floresta como fonte de vida, o conhecimento ancestral, milenar, se mostra, no mínimo, como uma fonte de inspiração.

**28-** Consideremos, ainda, que essa enorme extensão geográfica da Amazônia se achava, desde tempos imemoriais, interligada à costa do Pacífico e aos Altiplanos andinos através do que John Murra designara “máximo controle de pisos ecológicos”, que predominara até os primórdios da invasão/conquista capitalista moderno-colonial. Assim, as “tierras frías”, as “tierras templadas” e as “tierras calientes” oferecem condições diferenciadas de matéria-energia para a vida e eram manejadas com base nos princípios de complementaridade e reciprocidade das cosmogonias/práticas dos diferentes povos/culturas que ali habitaram/habitam (Josef Estermann). Assim, reforça-se a tese de que as tradições indígena-camponesas amazônicas seriam, no mínimo, fontes de inspiração e nos interpelam a um diálogo com a tradição científica convencional ao nos convidar a uma convivência *com* a floresta, e não *contra* a floresta, ao diálogo de saberes, à interculturalidade (e não ao multiculturalismo). Afinal, o diálogo entre povos/culturas não se dá num vazio de relações sociais e de poder e, para que se dê de modo consistente, é preciso estabelecer relações sociais e de poder com base na isonomia, na igualdade política e, mais, que respeite a autonomia, como vêm propugnando esses povos. Para isso, é imprescindível superar a colonialidade do saber (e do poder) que, ao inferiorizar o outro, condição para colonizá-lo (afinal, ninguém coloniza quem é igual), acaba por promover um enorme “desperdício de experiência humana” (Boaventura de Sousa Santos).

**29-** Enfim, o complexo metabolismo amazônico tem um equilíbrio Sol-fotossíntese/vegetação/água/solo extremamente

delicado, e a matriz euurocêntrica de conhecimento, a que coloniza nossas universidades e nosso pensamento, não dispõe de tecnologias apropriadas para lidar com ele. É preciso, definitivamente, não desperdiçar o enorme acervo de conhecimentos e os complexos tecnológicos dos povos/culturas que habitam a região.



#### IV

## Amazônia, a grande transformação sociometabólica em curso

**30-** Até os anos 1960, todas as incursões capitalistas moderno-coloniais sobre a Amazônia foram descontínuas no espaço e no tempo, configurando frentes de expansão/invasão localizadas. Até então prevaleciam múltiplas práticas culturais conformadas durante milênios com base num metabolismo de altíssima produtividade biológica, sobretudo depois do Holoceno, conforme acima analisado, onde “o rio comanda a vida” (Leandro Tocantins), conformando uma ocupação em torno do “rio-várzea-floresta”. Considere-se que, desde que os invasores europeus chegaram à região até os anos 1960, prevaleceu o que os historiadores chamaram de ciclo das “drogas do sertão”, onde centenas de produtos conformavam uma pauta de exportações onde nenhum produto ultrapassava mais que 3% do total exportado, com exceção do curto período de 1870-1910/1920 do ciclo *gomero* (borracha/caucho). Desde os anos 1960, entretanto, uma nova configuração sociogeográfica começa a se impor e a se contrapor a esse padrão de ocupação ancestral-histórico.

**31-** No contexto geopolítico nacional/global do pós-guerra, com a descolonização africana e asiática, o nacionalismo se impôs sob diversas formas, inclusive na América, continente que houvera desencadeado suas lutas de libertação nacional ao longo do século

XIX. A nova hegemonia mundial estadunidense se forjaria não mais em nome de *civilizar* e *colonizar* povos e regiões, mas, sim, em nome do *desenvolvimento* que passara a ser a nova ideologia, conforme destaca Arturo Escobar (ESCOBAR, 1996). Assim, à direita e à esquerda do espectro político, o desenvolvimentismo se impôs, seja como nacional-desenvolvimentismo, seja como nacionalismo revolucionário e popular. No Brasil, por exemplo, em 1952, sob orientação da CEPAL, é criado o BNDE<sup>6</sup> no mesmo espírito do BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento). A ideologia colonial do desenvolvimento não só pautou o debate nos anos 1950/1960 em torno da superação do subdesenvolvimento entre países, como também o debate interno aos países em torno da ideia de superar a disparidade regional e a desigualdade regional, conforme Gunnar Myrdal, François Perroux, Celso Furtado e tantos outros. A busca da superação do subdesenvolvimento e da integração nacional passaram a ocupar o imaginário político-ideológico à direita e à esquerda.

32- Logo após a Revolução Cubana, em 1960, os Estados Unidos passaram a colocar em prática uma nova estratégia para a América Latina com a “Aliança para o Progresso” e também em apoio à ideologia do desenvolvimento como condição para a superação da pobreza, não necessariamente preocupado com os pobres, mas por ver neles “o solo fértil para a disseminação de ideologias espúrias”, como se dizia à época e como bem destacou Miriam Limoeiro (*Ideologia do desenvolvimento: Brasil: JK - JQ*). A Amazônia era o “calcanhar de Aquiles” dessa integração não só por ser, à época, frágil a integração física da região a cada país que sobre ela exerce soberania, mas pelo fato de significar para os nacionalistas uma nova “hipótese de guerra” pelos desafios que coloca para a própria soberania diante da presença imperialista estadunidense. Considere-se que na Amazônia a dinâmica socio-geográfica em torno dos rios não se direciona no sentido de se conectar aos centros geoeconômicos e políticos mais dinâmicos

---

6 A Letra S só seria acrescentada ao BNDE em 1982.

dos seus respectivos países. Ao contrário, os rios correm em sentido oposto às suas capitais e aos seus centros geográficos de desenvolvimento capitalistas mais dinâmicos. Assim, a integração da Amazônia se configura como um desafio de caráter geopolítico externo e interno ao mesmo tempo.

**33-** A logística necessária para a integração física da Amazônia aos centros geográficos e políticos mais dinâmicos dos respectivos países necessitava de disponibilidade de capitais, mas não somente isso. Necessitava também de um projeto político que fosse de integração nacional no sentido forte da palavra, isto é, de integrar não só o espaço geográfico.

**34-** A reforma agrária, questão que diz respeito à estruturante desigualdade social e política em nosso continente e que causava tanta polêmica política nos anos 1950/1960, no caso da Amazônia permaneceu atravessada pelo “colonialismo interno”, pois a região era vista como área a ser colonizada e, assim, a colonização serviu para a antirreforma agrária. Ou seja, a integração nacional não implicava integrar social e culturalmente os povos/etnias/nacionalidades à nação entendida em sua pluralidade, o que não estava no horizonte político das oligarquias tradicionais, nem tampouco das esquerdas nacionalistas que teimavam em não reconhecer as teses de José Carlos Mariátegui, já disponíveis desde os anos 1920, assim como as lutas dos quilombolas/*pallenqueros*, dos camponeses da floresta e das várzeas e dos povos indígenas. No Brasil, olvidava-se até mesmo da Cabanagem, o maior massacre da história brasileira – estima-se em 35 mil mortos –, sobretudo de pobres, diga-se de passagem.

**35-** O Estado, como não poderia deixar de ser, assumira, sobretudo no pós-guerra, a prerrogativa de *ordenador territorial* para integrar fisicamente a Amazônia. No Brasil, começou com a federalização de amplos territórios no Amapá, Rio Branco (depois Roraima), Guaporé (depois Rondônia) e com a manutenção do mesmo estatuto político-administrativo no Acre. Sobre a questão,

as esquerdas e as direitas do espectro político-ideológico mantinham perspectivas coloniais, ignoravam a grande multiplicidade de povos/etnias/nacionalidades e as complexas relações sociais e de poder que conformam a Amazônia. Excetue-se o caso peruano, onde, em parte, se afirmaram os vaticínios de José Carlos Mariátegui sobre o necessário protagonismo revolucionário indígena no mundo andino, pois uma reforma agrária radical se fezera sob o comando do General Velasco Alvarado, que incorporara os direitos coletivos dos povos e nacionalidades indígenas aos seus territórios (Stepan Varese). Na Bolívia, ao contrário, o governo nacionalista revolucionário que emanou da Revolução de 1952 não só desconheceu os territórios comunais do ayllus dos aymaras e dos quéchuas repartindo-os em pequenas propriedades camponesas, como também estimulou a ocupação dos vales dos rios que baixam dos Andes, uns em direção à Amazônia, promovendo a integração com a “colonização” camponesa andina. Na luta pela terra e pela reforma agrária, pensavam-na na perspectiva da pequena propriedade privada, ignorando as múltiplas territorialidades que ancestral-historicamente se conformaram na região onde não raro predominavam práticas de uso comunitário das condições de produção/reprodução da vida.

**36-** Assim, as diferentes reformas agrárias, com exceção da peruana, se deram sob o signo da colonização, que desqualifica os habitantes amazônidas, onde, não raro, a prática de desmatar implica matar, pois as terras das matas e dos campos não são desabitadas. O Brasil e o Equador foram os países onde o Estado desenvolveu as mais amplas ações contra o ancestral-histórico padrão de ocupação sociogeográfico da Amazônia ao longo dos rios-várzeas-floresta, sob o comando de ditaduras civil-militares. No Brasil, o novo padrão de invasão/ocupação construiu estradas na terra firme, abrindo caminhos para a reprodução ampliada do capital e para o desmatamento, com a expansão da exploração madeireira, com a pecuária extensiva e com monoculturas várias em latifúndios, com a exploração energética (hidrelétricas, petróleo e gás) e a exploração mineral em grande escala e, também,

estimulando a colonização com migrantes provenientes de todas as regiões brasileiras. No Equador, preponderou a criação de toda a logística para a exploração petrolífera, deixando a região amazônica praticamente à mercê das grandes corporações transnacionais do setor, em um rentismo de classe colonial/racialmente conformado contra a Amazônia e seus povos.

**37-** Enfim, sobretudo a partir da década de 1960, a Amazônia passa a viver a tensão de territorialidades derivada de dois padrões sociogeográficos em conflito, a saber: o padrão que se organizara ancestral-historicamente em torno dos rios-várzea-floresta e do “máximo controle de pisos ecológicos” do mundo andino-amazônico se vê subordinado por outro padrão que passa a se organizar em torno das estradas-terra firme, explorando seu solo e seu subsolo, destruindo seus bosques e várzeas e barrando seus rios com todos os efeitos danosos que daí emanam, entre eles, a poluição de suas águas e a queda da piscosidade e, assim, da oferta de proteína tradicional de seus povos.

**38-** No caso do Brasil, particularmente, essa tensão pôs rigorosamente em choque múltiplas territorialidades não só ao barrar o fluxo das águas com as represas, como também pela lógica geopolítica de fazer (1) a integração Leste-Oeste, interligando a região Nordeste do país à Amazônia com a rodovia Transamazônica cortando transversalmente as bacias hidrográficas dos rios da margem direita do Amazonas e (2) a integração da Amazônia ao Centro-Sul do país, iniciada com a rodovia Belém-Brasília. Registre-se que a Belém-Brasília foi a primeira grande rodovia de integração física da Amazônia e que foi construída no auge da ideologia desenvolvimentista, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), com seu *slogan* de “50 anos em 5” e que teve na construção de Brasília seu clímax. Desde então, forja-se uma aliança estratégica de grandes empresários, sobretudo do campo da engenharia civil com suas grandes construtoras, e dos militares com seu projeto de interligar todas as capitais das unidades territoriais da federação brasileira a Brasília, para onde foi transferida

a capital federal em 1960. O entrecruzamento da Belém-Brasília com a Transamazônica se transformou numa das regiões de maior intensidade de conflitos do Brasil: no sul e sudeste do Pará, no sul do Maranhão e no norte de Tocantins. Afinal, o novo padrão de ocupação se fez com base na soberba colonial, ignorando a região em sua geografia e a cultura de seus povos/culturas, com base numa geopolítica que vê o espaço, mas não vê seu povo, com seus efeitos tão devastadores como perversos.

**39-** A violência se fez mais forte na Amazônia em nome dos novos bandeirantes heróis da pátria, com base no *slogan* do “Brasil, ame-o ou deixe-o”, em nome “da ordem e do progresso”, enfim, do avanço da civilização contra o selvagem, como um dia se fez contra o infiel, o não cristão. Na Amazônia, região da selva e dos selvagens, a violência se mostrou ainda mais cruel. Matar e desmatar se tornam uma mesma prática. “Correria”<sup>7</sup> por todo lado. “Era uma vez uma floresta”, como bem diz o verso de Vital Farias em sua música-poema “Saga da Amazônia”<sup>8</sup>, aliás, música preferida de Chico Mendes.

**40-** Desde então, o padrão de adaptação dos assentamentos humanos ancestral-historicamente conformados com os rios e a floresta e os pisos ecológicos dos contrafortes andinos da Amazônia encontra dificuldades para se reproduzir, devido à penetração do novo padrão e sua dinâmica voraz de consumo de matéria e energia no espaço-tempo. Cada nova estrada na Amazônia estimula as invasões do bosque e acelera os processos de urbanização precária: ambos os fenômenos servem para incrementar a demanda para a construção de mais estradas, exige mais água para consumo

---

7 Para quem não sabe, “correria” é como ficou conhecida na Amazônia brasileira a prática de afugentar – “botar *prá* correr” – os índios para tomar seus territórios. Chico Mendes me confessara que, ainda na década de 1950, em sua infância, era diversão nos seringais atirar em índios para vê-los correr e, ao fugirem, borrarem-se de merda, conforme sua memória ainda mantinha viva.

8 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HnX4VFz4EOs>>.

humano em espaços concentrados, mais energia sob a forma de *quilowatt* e sob a forma de alimentos.

**41-** A nova dinâmica espaço-temporal de matéria e energia passa a ser comandada pelo tempo globalizado da concorrência oligopolista do capital no mercado internacional, que exige outro tipo de energia. O tempo da competitividade produz uma desconexão espaço-temporal de matéria-energia configurando uma subordinação do espaço (e todos os seus ciclos biogeofísicos) ao tempo do relógio abstrato do capital. Essa nova dinâmica de matéria e energia no espaço-tempo amazônico, que se inicia 1960/70, se intensificará e se complexificará nos anos 1990, pelos interesses mais diretos do capital e suas políticas neoliberais (“regionalismo aberto”), cuja dinâmica produtiva se trasladará para a Ásia, sobretudo para a China, com a surpreendente aliança do Partido Comunista chinês com os capitalistas de Wall Street e as grandes corporações transnacionais com sede nos países centrais. Desde que o sistema mundo capitalista moderno-colonial teve início, em 1492, assistimos, hoje, pela primeira vez, ao paulatino deslocamento do centro geográfico da dinâmica da produção capitalista para a Ásia, sobretudo para a China, deixando em segundo plano o Atlântico Norte. Os efeitos dessa mudança para a Amazônia serão enormes, sobretudo para as etnias/povos/nacionalidades e demais grupos/classes sociais amazônidas em situação de subalternização!



## V

# A amazônia e as (des)integrações em disputa

**42-** Já ao longo da década de 1990, os organismos multilaterais (BID e BIRD), em associação com governos de diferentes países do continente americano, vinham ensejando um novo desenho de suas relações para a América Central, Caribe e América do Sul. Desde 1994, tratativas vinham sendo feitas para estabelecer um novo “sistema de normas” (Milton Santos) com a ALCA (Aliança de Livre Comércio das Américas), que seria a base de sustentação para o que, mais tarde, se configuraria como um novo “sistema de objetos”, a saber, o PPP (Plano Puebla-Panamá) e a IIRSA (Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana). Vicente Fox, pelo México, e Fernando Henrique Cardoso, pelo Brasil, apareceram, no ano 2000, como protagonistas dessa reconfiguração geográfico-política com o PPP e a IIRSA. Tanto a IIRSA como o PPP dão forma material (estradas, represas, hidrelétricas, portos, aeroportos e comunicações) ao criar as “condições gerais de produção” necessárias para que os capitalistas operem e realizem seus objetivos privados de lucro.

**43-** Na mesma época, muitas eram as lutas de resistência dos movimentos sociais contra as políticas de caráter neoliberalis que estavam em curso no continente, o que levaria, inclusive, a que outras forças políticas, que alguns intelectuais chamariam de pós-neoliberais (Emir Sader), chegassem aos governos de vários

países, a começar com a eleição (1998) e a posse (1999) de Hugo Chávez Frías, na Venezuela. A tradição bolivariana presente na Venezuela servirá de base para a atualização da histórica clivagem que atravessa as relações dos Estados Unidos com/contra a América Latina. As tratativas que buscavam o Interamericanismo, expressão-chave da diplomacia estadunidense para com os demais países da América, com a ALCA – Aliança de Livre Comércio das Américas – vão, a partir dos inícios do novo século (2000), ser abertamente contestadas com a atualização da Doutrina Monroe e sua ambígua expressão “A América é para os americanos”. Com a eleição (2002) e a posse (2003) de Lula da Silva no Brasil, o que parecia difícil para os governos afinados com o neoliberalismo passara a se tornar viável, qual seja, um redirecionamento do papel do Estado, no caso do Brasil, através do BNDES, financiando as grandes corporações nacionais brasileiras para construir as grandes obras, o “sistema de objetos” (Milton Santos) da IIRSA. Assim, um projeto nascido das entranhas do neoliberalismo ganhará condições financeiras para se materializar em governos que se conformaram fora de suas lides em outro campo político, entre os movimentos sociais vindos de baixo. A crescente importância da China no cenário econômico mundial abrirá uma brecha nas relações para os países do continente americano, brecha essa que não se oferecia na geografia política mundial desde o fim da guerra fria. As oportunidades de negócio com a Ásia, sobretudo com a China, país que é o maior importador de *commodities* do mundo, abrirá espaço para a expansão do capital do agronegócio (soja, milho, carnes, eucalipto), da exploração mineral e das grandes companhias de engenharia e construção civil (estradas, hidrelétricas, portos etc.), fundamentais para a criação de infraestrutura para aqueles outros setores e, com isso, para diminuir a dependência econômica, sobretudo comercial, dos países da América ao sul do rio Grande para com os EEUU. Um certo antiamericanismo substituiu ingenuamente o anti-imperialismo entre setores das esquerdas latino-americanas, diga-se de passagem.

44- Estamos diante, pois, de uma reconfiguração geográfica profunda regional/continental/global que abre uma nova fase de acumulação de capital e de uma nova aliança entre classes e frações de classe (sindicalistas ligados aos fundos de pensão, capital financeiro, gestores militares e da diplomacia, empresas de engenharia e construção civil, grandes corporações capitalistas do agronegócio e de mineração e gestores do Partido Comunista chinês).

45- Cabe assinalar, por suas implicações para as áreas/regiões que vão ser afetadas pelas obras da IIRSA, alguns conceitos que fundamentam a nova gestão territorial com seus Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID) que são pensados para facilitar o fluxo de mercadorias através de “corredores”. Não é mais a *região* o conceito estruturante, mas, sim, o de *Eixos* e seus *Corredores*, enfim, o fluxo é mais importante que o espaço como um todo do qual a região é parte. Para isso, foram propostos com a IIRSA dez eixos de integração, dos quais cinco incidem diretamente sobre a Amazônia. [MAPA 2].

46- São enormes as implicações práticas desse novo escopo teórico-conceitual, sobretudo pela mudança de escala. Afinal, os 10 EIDs da IIRSA foram planejados para a integração física aos mercados à escala global e não visam as escalas locais e regionais. As escalas local, regional e mesmo nacional são vistas como passagem, “fluxo”, “corredor”. Não é mais a região que é tomada como referência para a integração, seja ela a Amazônia ou qualquer outra. O acesso à terra, à água ao subsolo e seus minérios, petróleo e gás é disputado por setores com poder desigual, pois os EIDs e seus corredores atraem grandes capitais que se apropriam da renda da terra, impõem sua dinâmica espaço-temporal explorando grandes volumes de produção, e ainda atraem localmente setores ligados ao pequeno comércio e à especulação imobiliária e outras (drogas, prostituição). A chegada de milhares de operários e também de trabalhadores fazem os preços das mercadorias aumentarem e tornam o custo de vida impraticável para os moradores locais. Quando as

obras acabam o desemprego, a delinquência e a violência tomam o lugar das promessas de desenvolvimento.

**Mapa 2**



Ejes de la IIRSA.

47- Assim, nessa nova reconfiguração, a Amazônia vai se ver envolvida<sup>9</sup> numa dinâmica conformada para integrar o

9 Caberia dizer de modo mais apropriado que a região passa a ser “des”envolvida, na exata medida em que se quebra a autonomia dos diversos envolvimentos que conformam as diferentes territorialidades dos grupos/ classes sociais.

subcontinente ao mercado global que passa por uma reconfiguração geográfica de grande magnitude. Desde então, a Amazônia se verá diante de uma inserção não mais descontínua no espaço e no tempo, mas de uma ação política estratégica de outra magnitude, pelo volume de recursos financeiros implicados, e numa outra escala pan-amazônica/sul-americana de inserção global com a IIRSA com os 5 Eixos de Integração e Desenvolvimento que atravessam a região.

**48-** Se desde os anos 1960/1970 podemos falar do início da fase dos megaprojetos sobre a Amazônia, estamos, agora, diante de um megaprojeto que estrutura vários megaprojetos. Um novo padrão geográfico que Paul Little denomina “industrialização da selva” e que trará enormes consequências ecológicas, culturais e políticas não só para a região, mas para todo o planeta. Como destaca o antropólogo Paul Little,

Os megaprojetos extrativos e de infraestrutura formam parte de outro modo de adaptação humana: a industrialização. Os megaprojetos requerem grandes quantidades de energia, dependem de milhares de pessoas para sua construção, recebem altas quantidades de capital financeiro e tecnológico e transformam a paisagem florestal e os fluxos hidrológicos donde se localizam. Em suma, os megaprojetos transformam o modo de adaptação à floresta, mudança que resulta ser particularmente brusca em áreas rurais onde as formas tradicionais de adaptação são, todavia, vigentes. Historicamente, o processo de industrialização de uma região durava décadas (por exemplo, o processo de industrialização da Inglaterra) e as mudanças que provocou foram internalizados por distintas gerações de forma gradual e de distintas formas. No caso dos megaprojetos amazônicos, estamos diante de processos extremamente velozes de industrialização nos quais áreas rurais se transformam em áreas urbanizadas no lapso de poucos anos. A velocidade da industrialização está acompanhada por seu aspecto impositivo. Não se consulta aos povos locais antes da instalação do megaprojeto sobre a “industrialização” de seus territórios e a mudança em seu modo de adaptação. Por isso, são processos forçados de industrialização da selva. (LITTLE, 2013).

49- O que o antropólogo Paul Little nos traz à baila é a questão das escalas espaciais e temporais; na verdade, das escalas espaço-temporais, já que a matéria, enquanto tal, implica sempre as duas dimensões ao mesmo tempo, como nos ensinam a tradição andina quéchua-aimará e a física quântica, cada uma à sua maneira. Aqui estão implicadas profundas questões epistêmicas e políticas, como, por exemplo, (1) a diferença entre riqueza e sua expressão abstrata quantitativa, matemática (o dinheiro); (2) a inseparabilidade entre os mundos da Física e da Química, da Biologia (da Vida) e da Sociologia/Antropologia/Economia, enfim, da sociedade humana.

Os limites de uma ciência fundamentada como tecnologia para a dominação da natureza, como formulara Francis Bacon, se fará sentir de modo radical na Amazônia atual com sua submissão ao tempo da globalização financeira-industrial.

A industrialização de que nos fala Paul Little se tornara um *sistema industrial mundial* com a máquina a vapor, que tornara crível, a nível prático, desde o século XVIII, o mito da dominação da natureza e, assim, parecia tornar factível a ideia de que não existem limites para a acumulação incessante de capital. Mas o mundo da vida, como nos ensinam os naturalistas chilenos Francisco Varela (1946-2001) e Humberto Maturana (1928-), é o mundo da *autopoiesis*<sup>10</sup>, “um sistema capaz de reproduzir-se e manter-se por si mesmo”, uma espécie de entropia negativa (neguentropia). Segundo as leis da termodinâmica, a entropia<sup>11</sup>,

---

10 Com o conceito de *autopoiesis*, Maturana e Varela (1973) designam a química de automanutenção das células vivas. Enfim, a *autopoiesis* seria a condição de existência dos seres vivos na contínua produção de si mesmos.

11 “La *entropía* es una grandeza termodinámica que indica el grado de irreversibilidad de un sistema, encontrándose normalmente asociada a lo que se denomina por “desorden” de un sistema termodinámico. De acuerdo con la segunda ley de la termodinámica, el trabajo puede ser convertido completamente en calor y, como tal, en energía térmica. Mientras tanto, según esta misma ley, la energía térmica no puede ser completamente convertida en trabajo. Con la entropía se busca medir la parte de energía que no se

“a energia térmica não pode ser completamente convertida em trabalho”, pois se dissipa sob a forma de calor, e a matéria ainda se desagrega durante o processo de trabalho sob a forma de efluentes não aproveitáveis (lixo, gases, contaminações). Os efeitos (não só o efeito estufa) dessa dissipação de calor e desagregação da matéria não são reversíveis, e tampouco o é o tempo, como pensara o antropocentrismo com sua concepção de um homem (em nome da espécie humana, mas sem consultar a mulher) que controla, de fora, a natureza. Desse modo, a máxima “*time is money*” somente tem sentido se pensarmos o tempo como algo abstrato, como a mente que pensa sem corpo, sem materialidade, enfim, que pensa o dinheiro como se fora a riqueza, um equivalente geral, abstrato, sem especificidade, sem particularidade, sem qualidades, em suma, sem o que define concretamente riqueza que, por definição, nunca é abstrata, já que é o que se frui, o que se desfruta concretamente. Sem embargo, o tempo, como o espaço, é um atributo da matéria, algo concreto, assim como a riqueza não é algo abstrato, como o dinheiro, mas, sim, o que se desfruta com o corpo concretamente como defendem, inclusive, os bons economistas.

O tempo que se instaura com a industrialização é um tempo que tem suas dimensões técnicas próprias. No entanto, esse tempo é também mais que isso. Ele introduz no processo de trabalho<sup>12</sup> um dinamismo novo com uma nova fonte de energia<sup>13</sup>, ou seja, introduz a energia fóssil, de início o carvão e, depois, o petróleo e o gás. E o faz para realizar uma vontade de poder, mas não como uma vontade de poder inerente à espécie humana, como se apregoa. E, no contexto iluminista europeu norte-ocidental do século XVIII, a burguesia fez prática sua vontade de poder transformar a matéria para acumular capital. A ideia de que a linguagem matemática é a linguagem da natureza, como afirma certo positivismo, só se

---

puede transformar más en trabajo en transformaciones termodinámicas a una temperatura dada”. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Entropia>>.

12 Trabalho, segundo os físicos, é a capacidade de transformar a matéria.

13 Energia, segundo os físicos, é a capacidade de realizar trabalho.

tornou natural num mundo onde tudo passa a ser quantificado, como é o mundo da mercadoria (Roberto Bartholo). Nada natural, portanto, como insiste Karl Polanyi. Mas, justamente, essa capacidade que se quer sem limites de transformar a matéria num determinado ponto do espaço – a fábrica – implica que a matéria tenha que estar disponível, venha de onde vier. Assim, estabeleceu-se um sistema industrial com a aplicação do mesmo princípio da máquina a vapor aos meios de transporte – ferrovias e navegação transoceânica. Assim, a capacidade de trabalho proporcionada por essa revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia da máquina a vapor promoverá uma verdadeira ruptura metabólica de alcance planetário, pois implica um sistema que impõe uma divisão territorial do trabalho numa geografia desigual dos proveitos para poucos e dos rejeitos para as periferias e para os subalternizados em todo canto. Neste sentido, cada vez mais se vê um colapso ambiental para todos, ainda que sentido desigualmente segundo as classes, o gênero, as etnias.

Talvez a grande novidade trazida pela revolução (nas relações sociais e de poder) por meio da tecnologia industrial com a máquina a vapor tenha sido a crença de que se libertaria, para ter energia, das plantas e dos animais, seres que morrem e dos quais temos que cuidar da sua reprodução – e, sabemos, os homens se preocupam mais com a produção. Talvez tenhamos aqui a razão dos mitos que associam a origem da agricultura à mulher, haja vista a paciência que a agricultura exige, já que o tempo da produção é maior que o tempo de trabalho humano, e há que se preocupar com a semente para a reprodução. Enfim, entre o tempo de trabalho humano e o fruto desse trabalho há o tempo da natureza, enfim, dos deuses, já que esses se fazem a si mesmos. Na agricultura, a energia do Sol, a fotossíntese, é o trabalho da natureza sem o qual não se tem o próprio trabalho humano, que necessita de alimento (energia).

Tudo levava a crer que com o carvão e, depois, com o petróleo, o gás e seu uso com uma máquina sob controle de quem protagoniza a ação (o poder), a velocidade e a intensidade no processo

de trabalho teriam o ritmo que se quisesse, sem maiores consequências. Acreditara-se, enfim, que Prometeu, agora sim, dominara completamente o fogo e, com isso, transformaria a matéria a seu bel-prazer. Para aqueles que creem que a tecnologia implica somente a relação sociedade-natureza, ignorando a natureza da própria sociedade, ou seja, suas relações sociais e de poder, basta lembrar as memoráveis cenas de *Os Tempos Modernos*, de Charles Chaplin, que nos esclarecem quem move o ritmo das máquinas e os efeitos sobre aqueles que vivem, nas fábricas, sob o jugo do capital e, hoje sabemos, para os que vivem fora delas também (poluição sonora, do ar, da água, ...).

O que não tínhamos ideia, e agora temos, é que a máquina a vapor não só proporciona um maior controle (do capital) sobre o processo de trabalho e, assim, o aumento da produtividade (mais produtos numa determinada unidade de tempo), mas que produz não só valor, mas também vapor, energia dissipada sob a forma de calor, além de muita matéria desorganizada, e o que se acreditava serem “externalidades” olvidara que o Planeta Terra deve retrabalhar em seu metabolismo tudo aquilo que excreta, esgota.

**50-** Na Amazônia, a submissão do metabolismo comandado pelo Sol nosso de cada dia – a autopoiesis, a neguentropia –, pela vontade de poder de transformação do capital financeiro-industrial globalizado nos dias que correm, estabeleceu uma ruptura metabólica que não é mais localizada no espaço e no tempo e, tampouco, numa região qualquer do mundo, mas, sim, na Amazônia, a maior extensão contínua florestal do planeta – 8 milhões de quilômetros quadrados; a maior concentração de biomassa por hectare do planeta – de 500 a 700 toneladas de biomassa por hectare; que se constitui num enorme “oceano verde”, já que 70% dessa biomassa é água numa extensão, como se viu, verdadeiramente oceânica. A enorme concentração de energia solar, característica da faixa equatorial, implica uma enorme evapotranspiração que redistribui água por toda a América do Sul, Central, Caribe e, até mesmo, para o sul da América do Norte. Toda essa energia fotossintetizada

se faz vida-água e, ameaçada, como se verá ao longo desse estudo, verá o coeficiente de albedo<sup>14</sup> aumentar e, assim, promover uma dinâmica energética e hidrológica imprevisível não só para a região, mas para o mundo.

**51-** Essas intervenções sobre a Amazônia têm, hoje, um grau de coordenação pan-amazônica jamais evidenciado antes. Um nível de atuação interestatal propriamente pan-amazônico emerge, mas uma integração feita por estados subordinados voluntariamente à inteligência dos *think tanks* estrategicamente entrincheirados em instituições – como o BCI (Banco de Compensações Internacionais), o BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial), a OMC (Organização Mundial de Comércio) – que comandam o mundo, ainda que o façam sem que tenham que render contas a cidadãos de qualquer estado soberano. Diga-se de passagem, que, em sua maior parte, esses quadros sejam formados na firme convicção de que há um pensamento universal cujos parâmetros por eles inventados servem de indicadores que ignoram a diversidade de modos de pensar, agir e sentir que a humanidade inventou. E, reafirme-se, onde os amazônidas propriamente ditos têm um papel subordinado por sua condição de viverem numa região periférica de países periféricos e, mais olvidados ainda, quando diz respeito aos grupos\classes sociais em situação de subalternização. A magnitude dos impactos sociais e ambientais por esse megaprojeto de megaprojetos é de uma ordem qualitativamente superior devido ao tamanho e à abrangência geográfica dos projetos, pelo número de obras que estão sendo construídas simultaneamente e pela enorme quantidade de capital neles injetado (LITTLE, 2013). Como se vê, uma nova temporalidade sociometabólica se impõe. Trata-se de um tempo que se mede abstratamente, matematicamente, e que se crê inde-

---

14 “Albedo, ou coeficiente de reflexão, derivado do termo latino *albedo* (*brancura* ou luz solar refletida, a partir de *albus*, *branco*), é a refletividade difusa ou poder de reflexão de uma superfície. Ela é a razão entre a radiação refletida pela superfície e a radiação incidente sobre ela”. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Albedo>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

pendentemente da materialidade das geografias do mundo mundano. Essa nova dinâmica, imposta pelo ritmo/tempo do capital financeiro-industrial, desencadeia não só processos biogeofísicos, como também sociopolíticos e culturais rigorosamente catastróficos quando subordina, à escala regional amazônica, o metabolismo comandado pelo Sol nosso de cada dia – a neguentropia, a autopoiesis – à dinâmica de matéria e energia segundo os princípios da segunda lei da termodinâmica, a entropia, como indicamos.

**52-** Em 2010, a UNASUR (União das Nações Sul Americanas) passa a tomar o controle do portfólio de projetos da IIRSA, com o COSIPLAN (Conselho Sul Americano de Infraestrutura e Planejamento). Há 544 projetos com um montante de inversões estimado na ordem de 130 bilhões de dólares. Dos seus 31 projetos prioritários, 14 dizem respeito diretamente à Amazônia. Todos esses casos são projetos de energia, transportes e comunicações, como represas hidroelétricas, estradas, hidrovias, ferrovias, canais, portos, aeroportos e cabos de comunicação. O financiamento dos megaprojetos de infraestrutura provém principalmente de fontes públicas, seja por meio de bancos nacionais de desenvolvimento, seja por meio de bancos multilaterais dos quais os estados são protagonistas. Esses financiamentos, portanto, recaem na dívida pública.

**53-** Vários desses megaprojetos envolvem acordos binacionais, como entre o Equador e a China para financiamento e construção da Represa Coca Codo Sinclair; entre a empresa chinesa Citic Group e a Venezuela, para fazer o mapa mineiro do país e, ainda, o ambicioso Acordo Energético Peru-Brasil que abarca o financiamento de um conjunto de obras, e não uma obra específica na Amazônia andina.

**54-** Deste modo, contraditórios interesses, atravessados por estratégias geopolíticas várias, condicionam o devir da Amazônia e de seus povos, a saber: 1) imperialismo estadunidense com sua proposta de Aliança de Livre Comércio das Américas (ALCA), temporariamente suspensa depois de muita mobilização social, ou ainda

com os Tratados de Livre Comércio que, de todo modo, procuram inviabilizar a integração sul-americana; 2) unidade latino-americana, sobretudo sul-americana, impulsionada pelo Brasil (UNASUR), que, segundo alguns autores, como Raúl Zibechi, tem um componente sub-imperialista; 3) integração impulsionada por Venezuela/Bolívia/Equador (ALBA); 4) a presença cada vez maior da China na região e ... (5) as territorialidades indígenas, quilombolas/cimarrones e camponesas que vêm sendo objeto de intensa violência por essa integração que integra os “de cima” e desintegra “los de abajo”!

**55-** Assim, as populações amazônidas, em suas lutas emancipatórias, estão diante de desafios de novo tipo pelo grau de coordenação pan-amazônica de um modo jamais havia evidenciado antes. Não se pode compreender o destino da Amazônia, sobretudo dos amazônidas em situação de subalternização, ignorando essas tensões territoriais que atravessam a região.

**56-** E diante do significado que a Amazônia tem para o colapso ambiental provocado pela dinâmica civilizatória capitalista de matriz *euurocêntrica*, novos e velhos paradigmas e suas práticas entram em contradição, a saber: (1) o velho paradigma da “extração destrutiva” de saque, rapina e devastação de exploração mineral, de extração madeireira, de avanço do gado e das monoculturas e (2) o paradigma ecológico da “floresta em pé” que, por sua vez, põe em tensão, de um lado, a vertente capitalista da “economia verde” e seus “latifúndios genéticos” (que une o capital financeiro e de indústrias ligadas à biotecnologia e à engenharia genética que, através de grandes ONGs internacionais, passam a disputar espaços junto aos movimentos sociais) e, de outro lado, movimentos que lutam “pela vida, pela dignidade e pelo território”, conforme a consigna das grandes marchas que, em 1990, partiram da Amazônia boliviana e equatoriana em direção às capitais dos respectivos países, ou na consigna “Não há defesa da floresta sem os povos da floresta”, que vai afirmar outra perspectiva da “floresta em pé” ao afirmar as “reservas extrativistas” como a “reforma agrária dos seringueiros”, como propunha Chico Mendes.

## VI

# Os megaprojetos de infraestrutura (estradas/hidroviias e energia)

### VI.1 - As estradas/hidroviias

57- Vimos acima que dos seus 31 projetos prioritários do COSIPLAN-IIRSA, 14 dizem respeito à Amazônia. Em todos os casos são projetos de energia, transportes e comunicações. Vimos, também, a centralidade que adquire os conceitos de “eixo”, de “fluxo” e de “corredor”, indicando que sua função primordial é servir para diminuir o tempo geral de produção, diminuindo o tempo de circulação e, assim, aumentar a produtividade social total permitindo uma maior rotação do capital e da produção da mais valia social total e, deste modo, expandir a acumulação de capital. Sublinhe-se: submeter o espaço ao tempo, e não a um tempo qualquer, mas ao tempo do capital das grandes corporações. Como o espaço não é abstrato como pensam os economistas, mas geográfico, essa geograficidade se manifesta como devastação, injustiça ambiental e territorial, violência e dramas sociais.

58- As diversas dinâmicas sociogeográficas que são desencadeadas pela expansão/invasão capitalista dos EIDs da IIRSA abrigam interesses contraditórios dentro de si mesmos, sendo que essas contradições são ainda mais exacerbadas nos cenários

de sobreposição entre os diferentes eixos, como no caso do EID Andino, o EID Interoceânico Central e o EID do Amazonas, como se pode ver na região de Madre de Dios, no Peru, ou na região de Putumaio, na Colômbia.

**59-** A faixa andino-amazônica é uma área especialmente sensível por seu grande gradiente altimétrico, megadiversidade biológica e cultural, área onde está a maior concentração de povos/etnias/nacionalidades em isolamento voluntário. Nessa área vem se acentuando a construção, a ampliação e a reabilitação da infraestrutura viária, tanto no sentido longitudinal, como é o caso do EID andino, que liga Caracas a Quito, como no sentido Leste-Oeste, como nos EIDs do Amazonas, Interoceânico Central e Brasil-Bolívia-Peru, que objetivam interconectar os povoados da Amazônia com as cidades costeiras onde estão os portos marítimos do Pacífico. Registre-se que, ancestralmente, havia uma integração regional que estabelecia “máximo controle de pisos ecológicos” (John Murra) com base na complementariedade e reciprocidade entre os pisos ecológicos e, nessa área, se desenvolveram povos e uma civilização que nos legaram um enorme acervo de conhecimentos arquitetônicos e agronômicos, como se pode ver em Machu Picchu, cidade que poucos sabem ser uma cidade andino-amazônica. [MAPA 3]

Há uma correlação direta entre a abertura e pavimentação de estradas pavimentadas e o desmatamento. Nos últimos 30 anos, mais de 70 milhões de hectares de floresta tropical amazônica foram derrubados (aproximadamente 9% da região), principalmente no Brasil, onde já foram desmatados aproximadamente 19% de sua floresta amazônica. Entre 1978 e 2016 a área desmatada aumentou 50 vezes! Ou seja, nos últimos 40 anos se desmatou 49 vezes mais que em toda a história da região até 1978! É tenebrosamente fantástico!

## MAPA 3



Amazônia: estradas por fase de implantação.

Observe o leitor que a área tradicionalmente contínua de floresta começa a ser fracionada em blocos de floresta separados pelas estradas. As estradas não mais avançam contra a Amazônia somente, mas começam a fragmentá-la, o que enseja consequências metabólicas de grande alcance. Até cerca de 20 anos atrás, as estradas estavam nas margens da região. Entre essas grandes estradas que passam a fragmentar a região, ou melhor, a partir delas, surge uma miríade de estradas vicinais que fazem avançar o desmatamento num processo que parece não ter controle e cujos efeitos são, rigorosamente, devastadores em suas múltiplas escalas local, regional, nacional e global.

Alguns países, como o Equador, o Peru e o Brasil, estimularam o desmatamento como requisito para aceder à propriedade, transformando de modo decisivo os padrões de ocupação territorial da região. No Equador, essa expansão beneficiou sobretudo as grandes corporações de petróleo e, mais recentemente, os capitais chineses também do setor petrolífero. No Peru, os grandes capitais

da exploração mineral tradicionais, sobretudo canadenses, britânicos, australianos e estadunidenses, são, agora, acompanhados também por capitais chineses, todos se aproveitando da estrutura da IIRSA, em grande parte financiada com capitais estatais brasileiros. O mesmo na Colômbia, onde se vê uma combinação contraditória entre interesses de paramilitares que abrem espaço para o avanço da pecuária, monoculturas e mineração, de um lado, e a guerrilha que, até bem pouco tempo, apoiara o avanço de camponeses em condições de infraestrutura precária que avançavam sobre a Amazônia e a bacia do Orenoco. Tudo indica que uma verdadeira reforma agrária que incorpore a dimensão territorial, isto é, que enfrente as relações de poder e contemple as demandas dos grupos/classes sociais subalternizadas, sobretudo de afro-colombianos, de indígenas e de camponeses, esses com as Reservas Campesinas, os eventuais benefícios de todo o investimento em infraestrutura e os acordos recentes de paz beneficiarão aqueles que historicamente detêm o poder e os grandes capitais que agora aportam à região. Somente entre 2000 e 2010 foram desmatados 24 milhões de hectares, com destaque negativo para Brasil, Colômbia, Bolívia e Equador. Registre-se a situação peculiar dos contrafortes andino-amazônicos, cujas condições mesológicas são favoráveis ao cultivo de coca, haja vista que a falta de infraestrutura favorece que o camponês migrante possa sobreviver nessas áreas distantes em propriedades de apenas 1 a 2 hectares cultivando folha de coca. O transporte de pequenos volumes de um produto de elevado valor por unidade de peso fez com que uma estrutura fundiária com base no minifúndio se afirmasse, o que é inviável com qualquer outro produto. Assim, uma reforma agrária que incorpore outros valores se coloca no horizonte – como, aliás, os camponeses da região andino-amazônica já vêm propondo com as Reservas Campesinas que, em muito, se assemelha às Reservas Extrativistas dos seringueiros da Amazônia brasileira.

A exploração da madeira cumpre um papel-chave no desencadear do desmatamento, pois a extração e a venda de madeiras atraem negócios altamente lucrativos e abrem espaço para outras atividades



temos a reprodução ampliada do complexo de violência e devastação onde os pequenos agricultores “amansam” a terra para os grandes proprietários que se apropriam dessas terras – nem sempre por compra – para criar gado ou, simplesmente, como reserva de valor.

**61-** Segundo a CPT, desde 2006, no Brasil, registra-se que as populações tradicionais são as maiores vítimas do avanço agrário/agrícola, pois é na Amazônia que estão 60% das localidades onde ocorreram conflitos. Segundo o CIMI, mais de 560 lideranças indígenas foram assassinadas entre 2005 e 2015 no Brasil. A rodovia Transamazônica, por exemplo, foi construída sob a consigna de que a Amazônia era uma terra sem gente para onde deveriam ir os trabalhadores sem terra do Nordeste, assim como foram estimulados os “colonos” do sul do país a vender suas “colônias” e comprar terras mais baratas em projetos de colonização oficiais ou privados na Amazônia. As políticas oficiais de ocupação de terras na Amazônia se fazem a título de colonização e como contra a reforma agrária. Isso não impediu, entretanto, que cerca de 30% das terras ocupadas recentemente na Amazônia estejam em mãos de pequenos produtores rurais, a maior parte deles vindos de outras regiões e sem conhecimento do complexo metabolismo ecológico amazônico. O mesmo se pode dizer, nesse aspecto, dos grandes proprietários que chegam à região com a mentalidade de querer a terra nua, e não a floresta. A floresta, assim como os seus contrafortes andinos, é vista como obstáculo.

**62-** Assim, há um processo complexo com diferentes sentidos práticos que está levando à destruição da floresta e à morte dos rios (paraná e igarapés) e lagos. Alguns setores de pequenos produtores em assentamentos vêm procurando desenvolver práticas agrofloretais promissoras. Registre-se que, no Brasil, o desmatamento tem seu principal dinamismo na “modernização conservadora” (*agribusiness*) que impõe uma dinâmica econômica com base na extrema concentração fundiária e com monoculturas voltadas para exportação. Não é incomum, no Brasil, grandes proprietários que operam com tecnologias de ponta em suas propriedades no

Centro-sul do país manterem grandes propriedades com pecuária extensiva ou como terras para reserva de valor, na Amazônia.

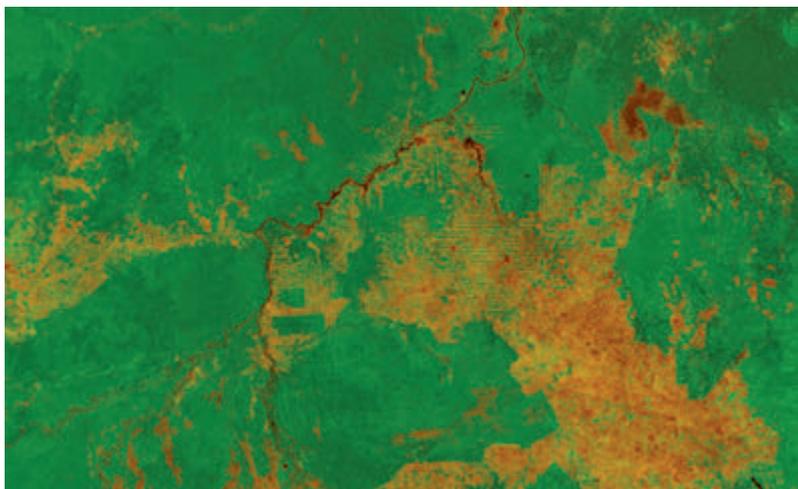
**63-** Como se vê, os eixos de desenvolvimento da IIRSA são também eixos de conflitos, de desmatamento e de caos nos rios que, num passado não muito distante, comandaram a vida, como na feliz expressão de Leandro Tocantins. Há uma forte pressão sobre a Amazônia e os povos/grupos sociais que, desde tempos imemoriais, aí plasmaram modos de reprodução da vida com base na produtividade biológica primária do que, depois, viriam se apropriar criativamente diversos grupos camponeses que, agora, também são alvo dessas novas pressões, como são os casos dos quilombolas e dos seringueiros, entre outros muitos. Os poderosos grupos/classes sociais que protagonizam o novo padrão de expansão sociogeográfico, voraz nas suas demandas por matéria e energia, estão impondo dificuldades para reconhecer as territorialidades comunitárias, fazer a demarcação das terras, respeitar os direitos da natureza e levar à prática o Convênio 169, da OIT, ou a Declaração dos Direitos Indígenas da ONU.

**64-** A Amazônia meridional, na Bolívia e no Brasil, vem sendo incorporada ao complexo logístico que dá suporte à dinâmica capitalista no espaço geográfico com o avanço do complexo do *agribusiness* da soja, do milho, da cana de açúcar e da pecuária extensiva, ampliando o chamado Arco do Desmatamento no Brasil que, hoje, se prolonga pelo Beni, na Amazônia boliviana, e por Madre de Dios, no Peru. Todo um complexo de energia (Jirau, Santo Antônio, Cachoeira Esperança) está sendo construído para dar suporte à expansão desse complexo de soja que se articula ao porto de Itacoatiara, no estado do Amazonas, já sob controle das grandes corporações transnacionais do *agrobusiness* que, desse modo, retroalimenta o processo de avanço do desmatamento.

**65-** O mesmo se dá na Amazônia Ocidental com as hidrelétricas de Tucuruí, Belo Monte, e do rio Tapajós-Teles Pires, que oferecem as condições de energia para a exportação da carne, sobretudo no

Pará, e para o complexo de exportação de soja, no norte de Mato Grosso. Uma nova estrada, a BR 163, sai de Cuiabá em direção a Santarém, na foz do rio Tapajós, onde há um porto que está sob o controle da multinacional Cargill. Essa estrada é paralela à Belém-Brasília e fragmenta a floresta, antes uma extensa área contínua. A partir das bordas dessas estradas surgem várias outras estradas vicinais que avançam conformando o devastador desenho de espinha de peixe.

### Mapa 5



Desmatamento: O padrão Espinha de Peixe das estradas vicinais – Rondônia (2014)  
Áreas desmatadas são aquelas que aparecem em marrom<sup>15</sup>

**66-** Observe-se que o projeto geopolítico elaborado pelas elites militares que teve como cabeça de ponte a cidade-capital de Brasília projetou sobre a Amazônia as primeiras estradas, com a Rodovia Belém-Brasília e a BR 364, esta conectando Brasília a Cuiabá, Porto Velho e Rio Branco. Assim, inicialmente, haviam dois

---

15 FOTO: ESA/VITO. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2014/10/satelite-europeu-registra-desmatamento-em-rondonia.html>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

vetores de expansão sobre a Amazônia brasileira: um, na Amazônia Oriental, com a rodovia Belém-Brasília e, outro, em direção à Amazônia sul-ocidental, no rumo de Rondônia e Acre. Esses dois grandes eixos foram, como sói acontecer, eixos por onde avançaram o complexo de violência e devastação com os latifúndios de gado, de cana, de soja, de milho e outros que, geralmente, se aproveitam dos caminhos abertos pela exploração das madeiras e de carvão vegetal, ou ainda das terras abandonadas pelos pequenos agricultores dos projetos de colonização oficiais e privados que não conseguiram se manter e se reproduzir social e economicamente. Com o avanço, a exploração de madeira e a exploração de carvão vegetal seguem a formação de pasto para o gado bovino geralmente com trabalho análogo à escravidão, sobretudo para limpar a juquirá<sup>16</sup>.

**67-** Registre-se que uma faixa de aproximadamente 100 metros para dentro da floresta, a partir das terras que margeiam as áreas já desmatadas, é uma faixa de terra onde a umidade relativa do ar comumente cai abaixo de 65%, limite abaixo do qual o fogo encontra condições favoráveis para a auto propagação. Assim, o desmatamento ganha um dinamismo próprio através das espinhas de peixe, que são os desenhos das estradas dessangrando a floresta.

**68-** Outro vetor de desmatamento e conflito vem se abrindo nos últimos 15 anos com a rodovia 174, que interconecta Manaus-Boa Vista, no Brasil, a Caracas, na Venezuela. O estreitamento de relações comerciais capitalistas entre a Venezuela e o Brasil coloca exigências logísticas que a IIRSA procura contemplar. A Venezuela já se constitui como um dos grandes mercados para as carnes brasileiras produzidas na Amazônia. Os efeitos para a Amazônia e seus povos não derivam só do fato de aumentar o intercâmbio comercial entre os dois países, mas por toda a reconfiguração espacial que está se ensejando com a maior presença da China com a abertura de um novo canal interoceânico Pacífico-Caribe, na Nicarágua, sob controle de capitais chineses e a construção do

---

16 Roçar, cortar mato; derrubar mato baixo, arbustos, palmeiras ou cipós com auxílio de uma foice.

porto de Mariel, em Cuba, tendem a ampliar as oportunidades para a expansão do capital do agronegócio e de mineração na Amazônia. Tudo indica que essa nova configuração geopolítica tenha acelerado a aproximação do governo estadunidense com Cuba, flexibilizando o bloqueio contra a Revolução.

## **VI.2 - Os megaprojetos de infraestrutura: hidrelétricas**

**69-** A construção das estradas/hidroviás/ferrovias/portos tem por objetivo facilitar a circulação das mercadorias no espaço geográfico e estimular que a produção e a acumulação de capital se acelerem. Produzir mais, isto é, aumentar a capacidade de transformação da matéria – trabalho para os físicos – exige o aumento da capacidade de realizar trabalho – para os físicos, energia. A magnitude e a escala das transformações em curso na reorganização espacial seriam, assim, impossíveis sem o aumento da oferta de energia. A demanda energética é função direta do processo de urbano-industrialização em todo o mundo sob o impulso da acumulação de capital. A Amazônia também tem passado por intenso processo de urbanização nos últimos 30/40 anos e, assim, há uma demanda crescente de energia da própria região, embora o maior impulso seja dado pela integração da região aos mercados globais.

**70-** A bacia amazônica é vista pelos governos, empresas, investidores e consumidores como uma fonte virtualmente inesgotável de recursos hídricos úteis para a produção hidroelétrica, tanto por seu aporte atual para os países da região – até  $\frac{3}{4}$  partes da oferta nacional no Peru, Bolívia ou Equador – como pelo aporte futuro da sub-região andino-amazônica, com alto potencial instalável da selva alta, que servirá sobretudo à demanda do Brasil, o maior demandante de energia entre os países da região. [MAPA 6].

**71-** Até 2012, existiam na Amazônia 171 hidroelétricas em operação ou em construção, das quais 120 com capacidade de até 30 MW, as chamadas PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas).

Estão previstas, até 2020, a construção de outras 246 hidrelétricas nos planos energéticos nacionais, sendo a maior parte PCHs (179). Ou seja, um aumento espetacular de 144% do número total de hidrelétricas, sendo de 149% de PCHs e de 131% no número de grandes hidrelétricas (UCHs). Sublinhemos o enorme impacto que isso implica em termos da capacidade de transformação da matéria (trabalho) proporcionado por essa energia!

### MAPA 6



Amazônia: hidroelétricas por fase de atividade

O número de represas hidroelétricas instaladas em 2013 é praticamente o mesmo das represas em construção e já projetadas. Observe o leitor que o mapa oferece também o potencial já identificado para novas hidroelétricas. Não olvidemos que energia é capacidade de trabalho, e trabalho é capacidade de transformação da matéria. Tomemos em conta, entretanto, que até muito recentemente a energia que movia o metabolismo da Amazônia era basicamente a energia solar e proporcionava todo o metabolismo neguentrópico da floresta, a *autopoiesis* de Humberto Maturana e Francisco Varela. Agora, com esse novo metabolismo movido à energia hidráulica e fóssil, é de entropia que estamos falando. Tudo que está em amarelo, vermelho e lilás no mapa é aumento de potência do atual padrão de acumulação, violência e devastação.

72- Na faixa andino-amazônica se destacam o Peru, pelo número de represas, com 3 UHC e 23 PCHs; o Equador, com 7 UHCs; a Bolívia, com 5 UHCs e 1 PCH; além das represas ao longo do EID Orenoco-Amazonas (antigo EID Guianense), sendo 3 na Venezuela, uma no Suriname e uma na anacrônica colônia da Guiana. No Equador, por exemplo, o governo está empenhado na implementação do projeto hidroelétrico Coca Codo Sinclair, através de um acordo binacional com a China, esperando reverter a atual compra de eletricidade em época de estiagem da Colômbia e Peru visando, até mesmo, se tornar exportador de energia para esses países a partir de 2016 (LITTLE, 2013). Há fortes resistências a esse projeto por suas complicações técnicas próprias e por suas implicações socioambientais.

73- Segundo Finer e Jenkins (2012a, 2012b), das barragens planejadas dos países andinos na bacia amazônica, 79 estão no Peru, 60 no Equador, 10 na Bolívia e 2 na Colômbia. Das 17 barragens classificadas como “muito grandes” ( $\geq 1000$  MW), 10 estão no Peru, 5 no Equador e 2 na Bolívia. A maior parte das barragens planejadas está localizada em montanhas no sopé dos Andes, entretanto, 21 das barragens estão abaixo de 400 metros acima do nível do mar, onde o clima e a vegetação são tropicais e onde um menor gradiente altimétrico enseja a que se formem maiores reservatórios.

74- Assim, vem aumentando a pressão nestas bacias por projetos de geração hidroelétrica de média e grande capacidade ( $> 100$  MW), e também pela transposição de água para cidades da vertente do Pacífico, como no caso equatoriano, onde se registram cerca de 30 projetos hidroelétricos e outros projetos multiusos para a transposição de água potável a cidades como Quito (até 80%) e para a irrigação em zonas de produção florícola e agroindustrial. Também se registram áreas protegidas que, no momento de sua criação, tiveram reconhecida a importância dos serviços hídricos dos páramos e florestas montanas da vertente amazônica, devendo-se destacar que os rios de origem andina despejam suas águas ricas em sedimentos nas bacias baixas do Brasil, atravessando as

fronteiras internacionais, como no caso de Equador, cujos sistemas hidrográficos amazônicos são transfronteiriços com Peru e Colômbia (Víctor López/EcoCiencia).

**75-** A maior das UHCs projetadas no Peru é a de Pongo de Manseriche, localizada no rio Marañon, com uma potência projetada de 7.550 MW. A hidroelétrica de maior porte em operação com implicações na Amazônia, embora localizada na bacia do Orenoco, é a hidrelétrica de El Guri, na Venezuela, com uma potência de 10.325 MW. A hidrelétrica de maior potência é a de Belo Monte, no Brasil, com 11.233 MW.

**76-** Devemos considerar, ainda, a demanda desigual de energia dos diferentes países amazônicos, o que nos revela uma geopolítica com fortes marcas de um subimperialismo brasileiro. Assim, o Brasil, por sua demanda energética em constante crescimento e pela disparidade entre sua economia em relação aos demais países da região, tende a pressionar a demanda por construção de hidrelétricas, além da busca de outras fontes de suprimento de energia (petróleo e gás), conforme veremos adiante. O Ministério de Minas e Energia do Brasil estimou o potencial hidrelétrico dos países vizinhos, visando a exportação de excedentes para o Brasil: 180.000 MW no Peru, 20,3 mil MW na Bolívia e 8.000 MW na Guiana Francesa (BRASIL, MME, 2012, p. 66-67).

**77-** Em 2010, o governo peruano firmou com o Brasil um acordo para o fornecimento de eletricidade e para a exportação de excedentes ao Brasil. O acordo prevê a construção de hidrelétricas com um potencial de 6.673 MW, volume esse que ultrapassa todo o consumo atual do Peru, que é de 5.000 MW, ou seja, 90% dessa produção serão exportados ao Brasil. A imprensa brasileira noticiou o acordo assinalando que se tratava de uma “peça-chave na internacionalização do grupo Eletrobrás” (ZIBECCHI, 2012, p. 221).

**78-** As barragens de Santo Antônio e de Jirau, no rio Madeira, fazem parte da Hidrovia Rio Madeira que, segundo P. Fearnside,

“permitiriam a implementação de mais de 4.000 km de hidrovias na Bolívia. As estimativas preliminares para a quantidade de grãos (principalmente soja) a serem transportados indicam um total de 28 milhões de toneladas por ano de Mato Grosso e 24 milhões de toneladas por ano da Bolívia (...). Poderia ser exagerada a quantidade de soja que é prevista para a Bolívia, sendo que o zoneamento boliviano” (ZONISIG et al., 1997, citado por VERA-DIAZ et al., 2007) indica baixo potencial agrícola em grande parte da área onde os estudos brasileiros dizem que há 8 milhões de hectares de solos adequados. Se há 8 milhões de hectares de terra adequada na Bolívia e esta área for transformada em soja, os impactos de hidrelétricas e navegação devem incluir a perda de áreas de ecossistemas naturais, que representa um total mais de 150 vezes maior que a superfície dos reservatórios. Embora não mencionado no relatório, deve-se notar que muitos produtores de soja na Amazônia boliviana hoje são brasileiros, e é provável que grande parte da expansão da soja na área adicional que seria aberta à navegação seria também feita por brasileiros (FEARNSIDE, 2015, p. 19).

**79-** O ambicioso plano de expansão energético sobre os rios da Amazônia brasileira provavelmente redimensionará os empreendimentos de prospecção e exploração mineira na região nos próximos anos. No caso de Belo Monte, em Volta Grande do rio Xingu, põe-se em evidência os efeitos em cadeia que trazem a construção de hidrelétricas, além dos efeitos locais. Já prevendo a disponibilidade de energia dessa central hidrelétrica, a empresa canadense Belo Sun avança no processo de obtenção do licenciamento ambiental da que será a maior mina de ouro a céu aberto do Brasil. Caso seja concedida a licença ambiental, a empresa se instalará a menos de 16 quilômetros da hidrelétrica de Belo Monte, que deve prover energia contínua e barata para a mina já a partir de 2017.

**80-** Há um mito que precisa ser devidamente avaliado que diz que a energia hidrelétrica é uma energia limpa. Um dos mais

dedicados pesquisadores sobre o assunto, o Prof. P. Fearnside, do INPA (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia), localizado em Manaus, afirma que, na verdade, elas são fontes importantes de emissão de gases de efeito estufa, inundações de terras mais férteis, de remoção forçada das comunidades que ali vivem, interrompem o trânsito humano e, assim, seus territórios e suas territorialidades. Contribuem, ainda, para o desmatamento das importantíssimas matas de igapó.

### **VI.3 - Os megaprojetos de infraestrutura: as tensões territoriais na exploração do petróleo e do gás**

**81-** Embora cada vez mais questionada, a matriz energética com combustíveis fósseis continua sendo a base do sistema urbano-industrial imposto pelas grandes corporações globais. Não olvidemos que a opção tecnológica que se apoia nessa matriz energética é uma opção política e que impede outras fontes de energia. Registre-se que nos últimos 40 anos ocorreu o mais intenso processo expropriatório de toda a história da humanidade. Desde 2007, a ONU registra que a população urbana ultrapassara a população rural, o que implica uma crescente demanda de fósseis (carvão, petróleo e gás). A dependência tecnológica de combustíveis fósseis implica que, subam ou desçam os preços no oligopolizado mercado, a produção aumente. Afinal, a máquina urbano-industrial não funciona sem esses fósseis. Cada vez mais, essas matérias-primas estratégicas são extraídas em situações mais difíceis (*fracking*), em profundidades cada vez maiores, como nas camadas de pré-sal, nas profundezas dos oceanos e mares, assim como também nas regiões mais longínquas, como no Alasca, no Ártico e na Amazônia, sobretudo na sub-região andino-amazônica.

**82-** A sub-região andina da Amazônia, por sua formação geológica, abriga condições particularmente favoráveis à presença

de petróleo e gás. Todavia, a posição geográfica dessa sub-região, que conforma a totalidade da Amazônia peruana e equatoriana e grande parte da Amazônia colombiana, está situada nos contrafortes orientais da cordilheira andina e distantes dos principais portos e centros urbanos desses países. A reconfiguração geográfica do centro produtivo do sistema mundo capitalista em direção ao Pacífico já se faz sentir sobre a região: a China já aparece como principal importador e financiador dos projetos de extração de petróleo e gás e, com isso, aumenta a pressão para que se abram estradas e se conecte a sub-região andino-amazônica ao Pacífico e ao Caribe colombiano. Eis uma das razões dos acordos do governo colombiano com a guerrilha. [MAPA 7]

**Mapa 7**



Lotes petrolíferos por fase de atividade.

**83-** A demanda crescente por combustíveis fósseis tem encontrado apoio em diferentes governos dos países amazônicos por ser uma importante fonte de captura de parcela da mais-valia mundial sob a forma de renda. Em alguns países, como o Equador, é a principal fonte de receita externa. Sabemos como o discurso do combate à pobreza e ao subdesenvolvimento tem sido brandido para que se intensifique a exploração das riquezas naturais, sobretudo daquelas que na lógica desenvolvimentista hegemônica se apresenta como recurso. É recurso, como nos ensina o dicionário, é um meio para se atingir um fim; e o fim que se apresenta na ideologia como legítimo é o do combate à pobreza e ao subdesenvolvimento. A “urgência” do capital que demanda esses “recursos” – a máquina não pode funcionar sem combustível – encontra eco na urgência da sua exploração para superar a miséria. Assim, reproduzimos a lógica da dependência que reproduz o capital, numa ponta, e a pobreza, na outra, estrutura que, na América Latina, se reproduz há 500 anos! Considere-se, ainda, que é controverso, pelo menos no Equador, que o destino dos petrodólares sejam os programas sociais, seja pela proibição que vem desde os governos neoliberais de usar esses recursos variáveis em políticas sociais, seja pelos enormes subsídios que o governo da “revolução cidadã” dá para a gasolina que, sabidamente, beneficia a classe média (DÁVALOS, 2015).

**84-** O primado do direito liberal-capitalista que ainda comanda as relações sociais e as de poder implica a desterritorialização das territorialidades comunitárias ao tomar o interesse nacional com uma perspectiva colonial que ignora as múltiplas etnias/povos/nacionalidades que ocupam a Amazônia, em particular sua sub-região andina onde está a maior parte dos povos em isolamento voluntário. Mesmo os governos que se dizem contra as políticas neoliberais têm encontrado dificuldades para reconhecer essas territorialidades, inclusive de fazer valer o Convênio 169 da OIT de que todos os países são signatários.

**85-** Na Amazônia, segundo a RAISG, existem 327 lotes petrolíferos que cobrem uma área de 1.082.704 km<sup>2</sup> (14% de

toda superfície amazônica). Desses lotes, 80% deles (263) estão concentrados na Amazônia andina, onde se concentram também cerca da metade dos povos indígenas, incluindo os não contatados ou em isolamento voluntário. Registre-se que desses 327 lotes, somente 25% estão atualmente em exploração, o que indica o enorme potencial para a expansão desta atividade, haja vista que já têm destinação dada pelos estados a diferentes empresas. No Equador encontram-se mais de 60% de todos os blocos petrolíferos em exploração em toda a bacia amazônica (25.000 dos 40.000 km<sup>2</sup>). O Peru é o país que vem apresentando o processo mais rápido de expansão das concessões petrolíferas. Entre 2004 e 2009, a área da Amazônia peruana sob concessões foi triplicada, cobrindo 659.937 km<sup>2</sup>, isto é, 84% da Amazônia peruana. A Colômbia também vem acelerando a concessão de lotes para exploração petrolífera e já licitou 193.414 km<sup>2</sup> de sua Amazônia, uma área equivalente a 40% desse território.

**86-** Ao menos 71 empresas petrolíferas estão presentes na Amazônia, com destaque para as empresas estatais e para as grandes corporações tradicionais do setor petrolífero. Há uma enorme concentração de capital no setor, com destaque para a Pluspetrol, da Argentina; a Petroamazonas EP, do Equador; a Perenco, da Grã-Bretanha e da França e a Petroriental, da China. As empresas com maior área em fase de prospecção são a Petrobras, do Brasil (61.487 km<sup>2</sup>); a Talisman Energy, do Canadá (30.491 km<sup>2</sup>); a OGX Petróleo e Gás Ltda., do Brasil (28.744 km<sup>2</sup>); e a Burlington, dos Estados Unidos (27.197 km<sup>2</sup>) (RAISG).

**87-** A exploração do petróleo e do gás implica a construção de estradas, oleodutos, gasodutos e outras infraestruturas que favorecem o avanço do *front* agrícola colonial (colonização), que promove a degradação e o desmatamento da floresta, a aparição de enfermidades e a fragilização das formas próprias de relacionamento e controle social das comunidades indígenas (seus territórios/suas territorialidades).

**88-** Eis o paradoxo imposto pela colonialidade do saber e do poder do sistema mundo capitalista à região e seus povos: a Amazônia, que passara a ser destaque no debate geopolítico mundial por sua função ecológica, sobretudo para o equilíbrio climático global, se vê, hoje, como uma região que passa a contribuir fortemente para o agravamento desse desequilíbrio por sua produção/exportação de combustíveis, que tende a se tornar cada vez maior. A máquina urbano-industrial impulsionada pela lógica produtivista da acumulação de capital oferece mercados para comprar petróleo e gás, que aumenta a emissão global desses gases enquanto setores da sociedade civil pressionam os países amazônicos para diminuir a emissão de CO<sup>2</sup>, evitando o desmatamento. A Amazônia vem pagando um preço alto por não se enfrentar o *leitmotiv* desse processo de devastação que se funda na ideia de dominação da natureza e se afirma com a lógica da acumulação de capital que transforma riqueza em sua expressão quantitativa (dinheiro) que, como abstração da riqueza, não tem limites. O perverso dessa contradição são o avanço acelerado da perda de diversidade biológica e cultural e a violência contra os povos com o despojo das populações e os assassinatos convivendo com a recusa internacional a apoiar uma das mais criativas formas de defender a riqueza amazônica e de seus povos: a proposta de Yasuni.

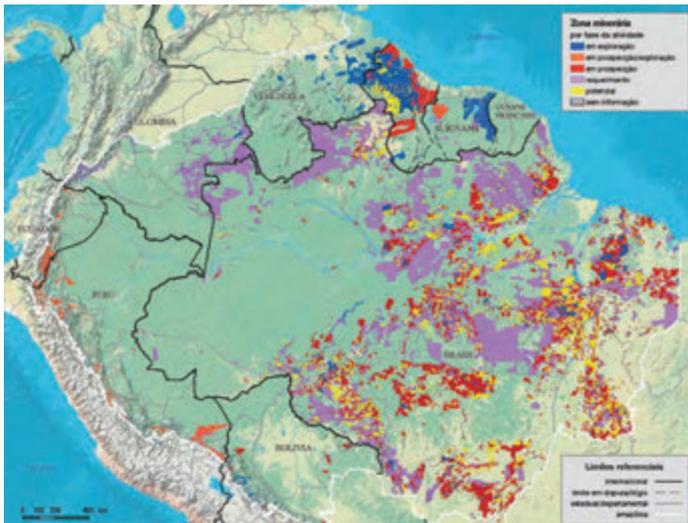
## **VI.4 - Os megraprojetos: a mineração e o dinamismo dos capitalistas privados**

**89-** Como vimos na Introdução, o caráter colonial que domina o imaginário sobre a Amazônia afirma que a região é uma enorme reserva de riquezas que nos permitiria, no futuro, superar as misérias e mazelas de nossas sociedades. E, mais, a floresta, vista nesse imaginário como um obstáculo à expansão da agricultura e da pecuária, parece também alimentar o mito da “enorme reserva de riquezas” ao esconder seu subsolo que precisa ser devassado pela tecnociência que, em muito, também contribui para alimentar esses mitos. Na totalidade dos países que exercem soberania sobre a Amazônia, a legislação separa a propriedade do solo da

propriedade do subsolo, onde estão os minérios, além do petróleo e do gás. Na medida em que aumenta a demanda internacional por minérios, aumenta também a pressão dos capitais privados sobre os estados para obter as concessões. Também se fazem sentir movimentos políticos protagonizados por gestores territorialistas, geralmente com ideologias nacionalistas, que buscam conformar empresas estatais para explorar esses recursos se apropriando de uma fração da mais-valia produzida pelos trabalhadores em todo o mundo sob a forma de renda. [MAPA 8]

**90-** Atualmente existem na Amazônia um total de 52.974 zonas mineiras que cobrem uma área de 1.628.850 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 21% da superfície de toda bacia. O Brasil abarca aproximadamente 80% dessas áreas, e o Peru, com 11%, vem em segundo lugar. A Guiana é o país com maior porcentagem de zonas mineiras com 67,5% de seu território amazônico, seguido pelo Brasil com 27%, e o Suriname com 18,6%. A Bolívia é o país com menor proporção de zonas mineiras em sua região amazônica, com 0,8%.

**Mapa 8**



Zona minerária por fase de atividade.

Observe o leitor as áreas em prospecção (em vermelho) e as áreas em requerimento (em lilás), que são, de longe, muito maiores do que as que já estão em exploração (em azul). Assim, a devastação que se projeta é sem paralelo em toda a história da região e nos dá a demonstração inequívoca do colapso ambiental em curso.

**91-** Há forte dependência da mineração em grande escala da infraestrutura de transportes e sobretudo energética. As áreas onde estão a maior parte das zonas mineiras em produção/prospecção demonstram a perversa sinergia de devastação e violência dos complexos logísticos de estradas-hidrelétricas-mineração em grande escala dominados pela lógica burguesa-gestorial. Afinal, a construção de barragens e estradas visa viabilizar os projetos privados mineiros e o *agribusiness*.

**92-** Os projetos mineiros se caracterizam pelo seu grande número – são 52.974 zonas mineiras –, por serem basicamente projetos relacionados aos capitais privados e extremamente concentrados em algumas poucas corporações transnacionais. A maior parte das zonas de interesse mineiro está em fase de solicitação (50,8% do total) ou em prospecção (30,8%). O fato de 50,8% estar em “fase de solicitação” indica o grande interesse e o potencial de expansão do setor mineiro nos próximos anos. E, com isso, o aumento da conflitividade se coloca no horizonte de futuro imediato. Afinal, o acesso ao subsolo só é possível através do solo onde geralmente estão as etnias/povos/nacionalidades indígenas, quilombolas e diversas comunidades camponesas da Amazônia.

**93-** Existem hoje na Amazônia ao menos seis importantes *fronts* mineiros que estão gerando fortes impactos locais e ensejando conflitos, a saber: (1) a região de mineração de ouro de Madre de Dios, no Peru; (2) o sudeste andino-amazônico equatoriano, nas províncias Morona Santiago e Zamora Chinchipe, com os projetos Fruta del Norte e Mirador; (3) a região de exploração de bauxita operada pela empresa chinesa Bosai, na Guiana; e, no Brasil, outras três frentes: (4) o projeto Carajás, em Marabá/

Parauapebas, no Pará, onde se produz ferro-gusa entre outros produtos, onde opera a empresa Vale; (5) a Mina de Pitinga, em Presidente Figueiredo, no Amazonas, onde a empresa Taboca extrai estanho e tântalo (matéria-prima para bateria de celular); e (6) o projeto Juruti, no município do mesmo nome, no Pará, onde a empresa Alcoa explora bauxita.

**94-** Registre-se o paradoxo que os países/sociedades em situação de subalternização no sistema mundo capitalista moderno-colonial, como o são os da América Latina, e a posição que dentro deles/delas ocupa a Amazônia, de ver aumentar de modo significativo a exploração de ouro depois de 2008, justamente para servir de reserva de valor como sói acontecer em momentos de crise do capital. Estima-se que mais de 100 toneladas de mercúrio são utilizadas por ano pela mineração ilegal de ouro na Amazônia (RAISG).

**95-** Assim, seja por razões estruturais, seja por razões conjunturais, os efeitos perversos e devastadores da exploração do subsolo se impõem contra a região e seus povos/culturas. Como não podia deixar de ser, há conflito por todo lado e com clara tendência de aumento. Afinal, o futuro com a velha cara colonial do passado nos espera. Cada vez são maiores as preocupações das comunidades locais com a presença de interesses mineiros em seus territórios.

## VII

# De conflitos e de r-existências

**96-** Como não poderia deixar de ser, as tensões territoriais em curso são vividas/sentidas/pensadas por aqueles(as) que as protagonizam de modo diverso e contraditório. Os conflitos são a manifestação prática, concreta, dessas contradições. Se quisermos buscar outras perspectivas com a região, devemos ser capazes de buscar um diálogo verdadeiro e intercultural com esses grupos/classes sociais, sobretudo aqueles em situação de subalternização nas assimétricas relações sociais e de poder dominantes que sentem na carne, no corpo, essas condições de pressão e opressão. A região, já o vimos, não é um vazio de cultura, ao contrário.

**97-** O conflito é o momento em que as contradições se mostram em estado prático e, como tal, são momentos privilegiados para ampliarmos o conhecimento sobre o mundo, sobre cada situação. No conflito, pelo menos duas visões sobre um determinado problema se oferecem. Na Amazônia não é diferente: os grupos/classes sociais em luta com/contra o padrão sociogeográfico de poder atual, voraz no consumo de energia, água e solo/subsolo está destruindo as bases de outro padrão sociogeográfico que tirava seu dinamismo da produtividade biológica primária – solo – fotossíntese/floresta/água. Não que aqui reinasse a harmonia, ao contrário, desde o período colonial a dominação sobre os povos

índigenas e os camponeses se fez sentir de modo violento e mesmo no período anterior à invasão europeia a guerra e a paz eram negociadas com frequência entre os povos/etnias/nacionalidades que aqui habitavam. O que hoje observamos é a disparidade de forças entre os implicados nas situações de conflito.

**98-** Como indicamos, os conflitos ampliam o conhecimento da sociedade sobre seus problemas, basta que ouçamos as várias vozes que a partir deles se expressam. Vários conflitos recentes vivenciados pelas populações amazônicas ampliaram o conhecimento da sociedade como um todo sobre o destino desse enorme patrimônio que, cada vez mais, se vê como um patrimônio não só ecológico, mas também cultural e, ainda, por que não dizer, um patrimônio teórico-político pelas questões que os grupos/classes sociais que ali tradicionalmente vivem levantam e nos interpelam. É o que se vislumbra nas lutas e conflitos desde Trinidad, no Beni, em 1990, ou em Cochabamba, no ano 2000, ambos na Bolívia; no *affair* do complexo hidrelétrico de Inambari ou em Madre de Dios, no Peru; em Conga, em Bagua e em Puno, também no Peru; nas lutas dos seringueiros nos anos 1980 ou, recentemente, em Belo Monte, em Jirau e Santo Antônio, no Brasil; em Yasuny, no Equador; no Putumayo, na Colômbia.

**99-** A água, tão abundante na maior bacia hidrográfica do mundo, passa a ser alvo de disputas intensas, tanto pelos elevados volumes demandados pela mineração como pela poluição ou pelo aumento da turbidez que diminuem a piscosidade. E, ainda, pela importância da evapotranspiração da floresta para os regimes de chuvas em amplas regiões da América do Sul, do Caribe e até mesmo da América do Norte.

**100-** Contra a construção das hidrelétricas de Inambari, no Peru, se instalou um dos conflitos socioambientais mais intensos da Amazônia e, por que não dizer, de toda a América Latina. O governo peruano se viu forçado a dar um passo atrás e cancelou a licença das obras de Inambari. O levante contra esse projeto se

inscreve em um longo processo de crescimento da resistência à mineração no país e na região. Foram “45 dias de paralisação nos quais houve seis mortos e 30 feridos. Por duas vezes os manifestantes tentaram tomar o aeroporto de Juliaca, a principal cidade do estado (Puno), com 300 mil habitantes. [...] A repressão fez cinco mortos. Em resposta, as multidões bloquearam a cidade, queimaram a delegacia do povoado de Azángaro e destruíram locais de várias transnacionais em Juliaca” (Zibechi).

**101-** No caso do conflito de Juliaca, no departamento de Puno, é preciso registrar, mais uma vez, que se trata de um conflito que envolveu comunidades em luta pela água. Juliaca, por exemplo, está localizada nas proximidades da Laguna Arapa, que faz parte do complexo do lago de Titicaca. Esse movimento aglutinou em torno de si (1) a luta pela vida contra o projeto hidrelétrico Inambari; (2) contra a exploração mineral Santa Ana, da empresa canadense Bear Creek Mining; (3) das comunidades em luta pela limpeza do rio Ramis, contaminado pela mineração formal e informal; e (4) os que rejeitam outros empreendimentos mineiros em um dos estados mais pobres do Peru (Raúl Zibechi). Dele participaram comunidades aimará e quéchuas, camponeses, trabalhadores urbanos, comerciantes, estudantes e profissionais que contaram com o apoio de autoridades locais, formando uma vasta frente social. A Frente de Defesa dos Recursos Naturais do Sul de Puno foi um dos principais referenciais, mas não o único, já que se formou de uma ampla convergência na qual participaram organizações locais e de base e outras que integram a Conacami (Confederação Nacional de Comunidades Afetadas pela Mineração).

**102-** Em Cochabamba, a questão central se deveu à tentativa de fazer da água uma mercadoria, com a privatização. Ali, mais uma vez, foi fundamental a aliança de camponeses, indígenas, ecologistas e populações urbanas numa coalização que fez com que, pela primeira vez, uma multinacional, no caso a estadunidense Bechtell, fosse expulsa de um país depois de ter obtido concessão de privatização de um bem comum, no caso da água. Podemos dizer

que Cochabamba é um momento de bifurcação na história recente da Bolívia, pois a partir dali os movimentos sociais adquiriram um protagonismo que levaria Evo Morales à presidência do país.

**103-** Em Inambari, o que está em jogo são os *pongos* que interligam diversos pisos e comunidades nos contrafortes andino-amazônicos que serão concretamente barrados pelas represas e não mais interligarão as comunidades. Todo esse complexo de hidrelétricas produzirá mais energia do que a demanda total de energia atual do Peru, implicando essa exportação para o Brasil, principal financiador do projeto através do BNDES, que apoia somente empresas brasileiras, o que significa que o Estado peruano está contraindo empréstimos a serem pagos com exportação de energia e... minérios. Afinal, o Peru é o país onde cresceram exponencialmente, desde 2005, as solicitações de áreas para exploração de mineração, petróleo e gás. Registremos que exploração mineral implica alto consumo de água, o que vem ensejando conflitos de uso entre as comunidades tradicionais e as empresas de mineração, como em Bagua ou em Conga.

**104-** Recuperemos que essas lutas em torno dos rios e das lagunas – desencadeadas pelas comunidades diretamente afetadas em seu consumo de água para matar sua sede, alimentar seus animais ou para irrigar suas plantações – se dão com/contra as represas hidrelétricas e as empresas de mineração, cuja existência paradoxalmente só é possível pela imensidão da floresta como fonte de água que sofre evapotranspiração e se precipita em forma de chuva, como já destacamos. O ciclo hidrológico da Amazônia passa pela floresta, enfim, pela água em estado vivo, um outro estado da água não devidamente caracterizado como tal que é diferente do líquido, do gasoso e sólido. A vida dessas comunidades é afetada não só pelo uso intensivo de água por parte das mineradoras, mas também pelas represas que, ao represarem as águas, interrompem o ciclo de vida dos peixes e, assim, afetam negativamente a piscosidade dos rios e a disponibilidade de proteínas das comunidades à jusante. Além disso, o controle das águas barradas pelas represas altera o regime das cheias e vazantes e, na

Amazônia, são inúmeras as espécies de peixes e outros animais, além de plantas que dependem do regime das águas para se reproduzir. A variação entre as cheias e as vazantes pode alcançar entre 20 e 30 metros. O fluxo de vida rio-floresta é profundamente alterado pelas barragens e é uma fonte de desmatamento até aqui pouco destacada. E, assinala-se bem, não é uma questão menor de uma faixa de terras ou de águas qualquer, mas exatamente de uma faixa especial de terras/águas que tradicionalmente é ocupada, as várzeas.

**105-** A luta atual dos indígenas do TIPNIS, na Bolívia, e dos indígenas equatorianos, seja em Pastaza ou no Yasuny, atualizam o debate que se trava na tensão territorial dos dois padrões sociogeográficos que está em curso e que a IIRSA potencializa. Tanto em Pastaza como no Yasuny, no Equador, como no Acre, no Brasil, como no TIPNIS, na Bolívia, os indígenas amazônicos nos mostram que se trata de uma luta que precisa se articular interculturalmente com a sociedade abrangente, sobretudo com os grupos/classes sociais que se colocam a favor da vida, da dignidade e dos territórios contra a expansão voraz do capital, que demanda matéria e energia, agora atraído pelos novos “negócios da China”, e do Brasil com a IIRSA.

**106-** Nos anos 1980, os movimentos indígena e camponês conseguiram organizar em torno de si uma aproximação com a agenda dos ambientalistas quando, por exemplo, os seringueiros brasileiros se aproximaram dos indígenas e dessa aproximação surgiram a Aliança dos Povos da Floresta e a proposta de Reserva Extrativista, onde o próprio conceito de Reserva indica a fonte de inspiração na luta indígena. Na Colômbia, observou-se o mesmo no movimento camponês e seu diálogo com a agenda dos ambientalistas com a proposta de Reserva Campesina. E, nos dois casos, a agenda ecológica, camponesa e indígena amazônica dialoga com a questão (da Reforma) agrária que, por sua centralidade na formação social de nossa região, há que ser retomada e ressignificada, assimilando a questão dos territórios/das territorialidades, o tema ambiental, o que de certa forma vem sendo feito com o debate

técnico-político sobre os sistemas agroflorestais, já presentes nas pesquisas de D. Posey e W. Balee, e agora com a agroecologia e as sementes *criollas*. Enfim, a reforma agrária, não mais somente como luta pela terra, mas como luta por território, como luta pela terra com um sentido para a vida – territorialidade –, para além da dimensão meramente econômica, embora a inclua e também a ressignifique<sup>17</sup>.

**107-** É interessante observar que, desde finais dos anos 1980, sobretudo desde 1990, um determinado bloco de poder vem se constituindo desde os grupos/classes sociais em situação de subalternização que vem ganhando destaque na Amazônia. Referimo-nos, em particular, à Aliança dos Povos da Floresta, que articulou camponeses florestais, como os seringueiros (Chico Mendes, Osmarino Amancio Rodrigues, Raimundo de Barros, Dercy Telles) e povos indígenas (David Kopenawa Yanomami e Ailton Krenak), no Brasil, e às duas grandes marchas que, em 1990, partiram da Amazônia equatoriana e boliviana em direção às capitais Quito e La Paz com a consigna de luta pela Vida, pela Dignidade e pelo Território.

**108-** Esses movimentos amazônicos articulam os mundos urbano e não urbano e marcam um novo ciclo de lutas na América Latina. Essas lutas se reforçaram a partir do ano 2000, com a Guerra da Água (ano 2000) em Cochabamba, Bolívia, cidade localizada nos altos vales andino-amazônicos e, hoje, essas lutas estão sendo atualizadas em Juliaca (Puno); em Conga (Cajamarca); em Bagua,

---

17 Talvez aqui seja importante recuperar a contribuição de Karl Polanyi em seu livro *A Subsistência do Homem*. O mercado, nessa obra, aparece como o lugar de troca da vida material e como prática que historicamente não só antecede o capitalismo, como é guiado por controles sociais, éticos e morais. Para recuperar o mercado como tal, é necessário, segundo Polanyi, que a terra, o trabalho e o dinheiro passem a ser subordinados ética e culturalmente à sociedade, como bem comum, tal e como foram até o advento do capitalismo, que subordinou a terra, o trabalho e o dinheiro ao jogo (nada livre) do mercado. Polanyi, a seu modo, se aproxima da ideia de “economia moral” elaborada por um dos mais importantes intelectuais-ativistas da tradição marxista, E. P. Thompson.

no Peru; no TIPNIS, na Bolívia; no Parque Nacional do Yasuny, no Equador; em Belo Monte, e em Jirau e Santo Antônio, no Brasil, nas lutas do povo Munduruku contra as hidrelétricas no rio Tapajós.

**109-** Como não podia deixar de ser, dada a magnitude escalar dos megaprojetos que envolvem os diversos EIDs da IIRSA/COSIPLAN, muitos desses conflitos têm implicações transfronteiriças. É o caso das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, que não tiveram avaliação socioambiental transfronteiriça. A primeira grande enchente que atingiu a região se deu logo após o fechamento das barragens, afetara as populações do Brasil e da Bolívia.



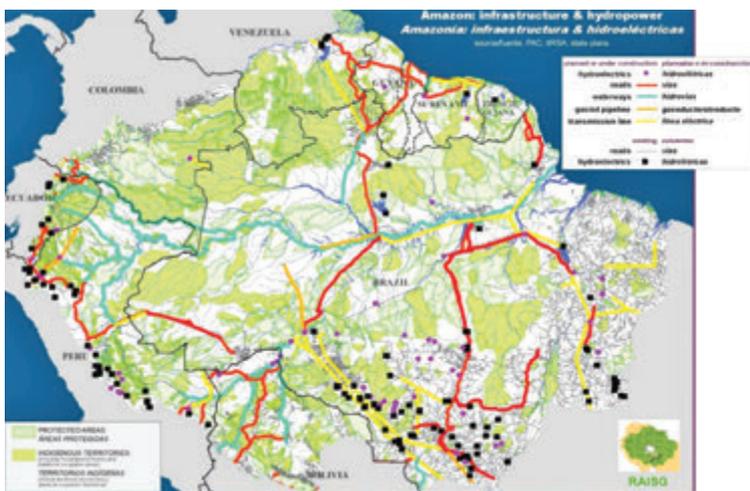
## VIII

# A Amazônia, no passado havia um futuro. E no presente, há futuro?

**110-** Os países que exercem soberania sobre a Amazônia têm sido alvo, nesses últimos quarenta anos, de fortes pressões vindas sobretudo dos países centrais para diminuir o desmatamento, evitando, dessa forma, a emissão de gases de efeito estufa para a atmosfera e preservando a enorme riqueza em diversidade biológica e seu patrimônio genético. Entretanto, o dinamismo que emana desses centros do sistema mundo capitalista moderno-colonial tem se sustentado com a hegemonia cultural de um modo de vida em torno do “*american way of life*”, sobretudo desde o fim da Segunda Guerra Mundial, com a *Pax Americana*. A dimensão subjetiva desse modo de vida ancora e está ancorada num determinado modo de produção que implica transformações metabólicas profundas em todo o planeta, ainda que com efeitos desiguais nas suas diversas geografias. Assim, a dinâmica geograficamente desigual dos proveitos e dos rejeitos do desenvolvimento capitalista continua demandando matérias primas agrícolas e minerais, petróleo e gás e, deste modo, estimulando a ampliação da rede de transportes e comunicações, a produção de energia e, com isso, dando um suporte consistente para o aumento da violência e do desmatamento e, ainda, contribuindo para aumentar a emissão de gases de efeito estufa no planeta como um todo e numa proporção cada vez mais intensa na Amazônia.

**111-** O destino que se reserva para a Amazônia está em grande parte condicionado pela posição da região no novo contexto geoecônômico e político que advém do deslocamento para a Ásia, sobretudo para a China, do centro geográfico mundial de localização do capital industrial que implica uma logística própria. Essa posição, por sua vez, está particularmente condicionada pelo significado geopolítico do Brasil tanto na escala global como nas escalas subcontinental sul-americana e amazônica. Afinal, o Brasil dispõe de aproximadamente 60% da área de toda a região amazônica, é o país de maior dinamismo econômico capitalista no subcontinente e, não sendo um país com ligação geográfica direta com o Pacífico, está se vendo diante da necessidade de fazer uma grande manobra geopolítica, com toda logística implicada, em busca dessa conexão. Essa é a razão pela qual o Brasil vem protagonizando a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), retomando desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, o histórico projeto nacional estabelecido pelos estrategistas militares de afirmação do Brasil como potência regional. Vimos que, dos dez Eixos de Integração e Desenvolvimento da IIRSA, cinco têm implicações diretas sobre a Amazônia.

**Mapa 9**



Amazônia: infraestrutura, hidrelétricas, hidrovias, rodovias e linhas de transmissão.

Observemos que a infraestrutura já não se organiza somente nas margens da Amazônia, mas avança promovendo a fragmentação da floresta e, no caso das hidrelétricas, concretamente barram (barragens) o fluxo das águas e alteram o metabolismo da reprodução da fauna aquática, que significa proteína (pescado), fundamental para a alimentação dos povos e grupos/classes sociais que vivem pelas várzeas.

**112-** Observemos que a Amazônia já não pode ser mais vista como uma vasta região coberta de floresta numa grande bacia hidrográfica. O conjunto de “objetos técnicos”, como chamava Milton Santos<sup>18</sup>, de estradas, pontes, canais, hidrelétricas, linhas de transmissão de energia, plantas de exploração mineral, de petróleo e gás dão conta das intenções dos agentes que estão fomentando toda essa logística, a saber, os gestores territorialistas dos Estados e das grandes corporações capitalistas. O canal do rio Amazonas se torna um grande eixo Leste-Oeste que atravessa a cordilheira dos Andes pelos canais, pontes e portos que facilitam a navegação pelo grande rio e com estradas que transpõem a cordilheira. Observe-se que Manaus passa a ganhar uma relevância ainda maior, não só pelo parque industrial que abriga e pela condição de metrópole com mais de dois milhões de habitantes, mas também por ser o centro de uma grande cruz ao interligar uma conexão de grande magnitude no sentido Norte-Sul, que liga a BR 174 Manaus-Boa Vista-Caracas à BR 319, que liga Manaus a Porto Velho, em Rondônia, e a partir daí ao Centro-Sul mais dinâmico do Brasil do ponto de vista capitalista. Ao longo dessas duas grandes rodovias, avança o complexo de exploração de madeira e carvão vegetal, de pasto para o gado, das monoculturas de cana/soja/milho/dendê com seus efeitos devastadores. Desse flanco norte que conecta Manaus a Caracas, através das savanas e atravessando a bacia do Orenoco, está se desenhando um grande arco de exploração mineral a partir da Venezuela e da

---

18 E o conceito de “objeto técnico” para Milton Santos é preciso. Afinal, são os objetos que, ao contrário dos objetos naturais, são impregnados de intencionalidade. Isso implica que devemos considerar os agentes que definem essa intencionalidade, como estamos conduzindo nossa análise.

Guiana (ex-colônia inglesa)<sup>19</sup>, já avançando sobre o Suriname, com grande presença de capitais chineses. Não ignoremos (1) que o Canal do Panamá vem sendo ampliado; (2) que um novo canal vem sendo construído cerca de 600 km ao norte, na Nicarágua, com concessão para operação de empresas chinesas; e (3) que um grande porto acaba de ser construído em Mariel, Cuba, por empresas brasileiras para ser base logística de exportação de commodities para a Ásia, sobretudo para a China. Assim, a grande ilha do Caribe volta a ter o papel geopolítico histórico que teve desde o primeiro momento da constituição do sistema mundo capitalista moderno-colonial, quando era base das Índias Ocidentais do Império espanhol, cuja extensão atingia as Filipinas<sup>20</sup>.

Assim, seja pelo flanco da Amazônia Oriental – com a rodovia Belém-Brasília e os portos de Belém, no Pará, de Macapá<sup>21</sup>, no Amapá e de Itaqui, no Maranhão –, seja pelo flanco da Amazônia Sul-Occidental, com as rodovias Cuiabá-Porto Velho, Porto Velho-Manaus, Porto Velho-Rio Branco-Cruzeiro do Sul, no Acre; e com a chamada Rodovia do Pacífico, que liga Porto Velho a Rio Branco, no Brasil, com o porto de Illo, no Peru; enfim, tanto pelo flanco norte da Amazônia, com a rodovia Manaus-Boa Vista-Caracas, como pelo flanco da Amazônia Sul-Occidental se interconecta todo o complexo do *agribusiness* do Planalto Central brasileiro, que ainda se articula através de um novo *front* – a Terra do Meio –, através da rodovia Cuiabá-Santarém. Registre-se que o rio Amazonas ganha uma nova dimensão não só por seus maiores portos tradicionais, como Belém e Manaus<sup>22</sup>, mas também por cidades portos que mudam radicalmente sua escala de operação, deixando de ser elos intermediários sub-regionais que atendiam as comunidades ribeirinhas tradicionais,

---

19 Já vimos que a Guiana é o país com maior porcentagem de zonas mineiras, com 67,5% de seu território amazônico em exploração ou em prospecção.

20 Relembremos que Filipinas deve esse nome à dominação espanhola como homenagem ao rei Filipe II (1527-1898).

21 O porto de Macapá foi recentemente duplicado, em 2015.

22 Manaus, como se sabe, está localizada na foz do rio Negro, junto ao Amazonas.

como Santarém, no Pará, e Itacoatiara, no Amazonas, que agora operam sob controle de grandes corporações do *agribusiness*, como a Cargill em Santarém e o Grupo Maggi em Itacoatiara.

**113-** Com toda essa logística, avança um novo padrão de acumulação de capital com uma voraz demanda de matéria e energia que vem integrando de modo subordinado a Amazônia à divisão internacional do trabalho na velha condição colonial como região supridora de matérias primas agrícolas, minerais e energética (petróleo, gás e hidroenergia sob a forma de *commodity*). E, insistimos, o faz para alimentar um estilo de vida e um regime sócio-político-cultural eeuurocentrado subordinado à lógica da acumulação de capital fundado na superexploração do trabalho/da natureza nas regiões periféricas do sistema mundo, particularmente nas regiões periféricas dos países periféricos, como a Amazônia.

Vários pesquisadores vêm chamando a atenção para o fato de que esse modelo societário *eeuurocentrado*, me permita o leitor o neologismo, está ultrapassando a capacidade de carga do planeta com uma pegada ecológica que, embora nos ameace a todos, o faz de modo colonial, com uma geografia desigual dos proveitos e dos rejeitos. Mahatma Gandhi já havia alertado quando nos disse que “para desenvolver a Inglaterra foi necessário o planeta inteiro”. E indagara: “O que será necessário para desenvolver a Índia?”. Substitua-se a Índia pela pegada ecológica da China ou dos Estados Unidos ou da Europa Ocidental ou do Japão e veremos que ou superamos o capitalismo e sua colonialidade ou a afirmação de Federic Jameson, na epígrafe deste ensaio, se confirma.

**114-** O Estado tem tido um papel ativo na conformação de toda essa logística, tanto no planejamento e no financiamento como na construção e, mais ainda, pela concertação política de uma ação verdadeiramente pan-amazônica. E aqui a escala geográfica dessa operação revela toda sua dimensão política e suas implicações para os destinos da democracia, sobretudo para os destinos dos grupos/classes sociais em situação de subalternização. As escalas não são

neutras quanto às relações sociais e de poder que as constituem, tampouco quanto aos grupos/classes sociais que as conformam. Toda essa logística que vem sendo implementada visa aumentar a *rotação dos capitais* e a *produtividade*. Tanto a *rotação de capitais* como a *produtividade* são conceitos temporais, sendo que a *rotação de capitais* diz respeito à sua dimensão meramente monetária, mais abstrata, e a *produtividade* implica uma relação material, concreta, de unidades de um determinado bem produzidas em uma unidade determinada de tempo. Como se diz em linguagem já popularizada, “*time is money*”. Todavia, o dinheiro é um equivalente geral, abstrato, que, por sua vez, implica dimensões tangíveis, concretas, na logística do espaço-tempo com seus metabolismos e temporalidades-territorialidades diversas. Os efeitos têm sido dramáticos e devastadores para os grupos/classes sociais em situação de subalternização cuja existência se dão em escalas locais e cujas relações se dão em outras velocidades, os tempos lentos, como dizia Milton Santos.

**115-** O Estado vem sendo capturado pela lógica do tempo das grandes corporações; é um tempo que vê o espaço, mas não a sua geografia e, mais ainda, não vê as geo-grafias dos grupos/classes sociais em situação de subalternização (PORTO-GONÇALVES, 2001). A modernidade-colonial do Estado reproduz o “colonialismo interno” por sua aliança com as grandes empresas da construção civil, do *agrobusiness*, petroleiras e mineradoras, da economia verde e, assim, vem (1) fazendo regredir a legislação ambiental; (2) restringindo os direitos das etnias/povos/nacionalidades, de quilombolas e camponeses; (3) não cumprindo o Convênio 169 da OIT, de que os países da região, sem exceção, são signatários; (4) não cumprindo as determinações da Declaração dos Direitos Indígenas da ONU de que também são signatários; (5) protelando a reforma agrária, estimulando a colonização ou fazendo vistas grossas à colonização; (6) não conseguindo conter o aumento da violência, como se vê com os assassinatos e expulsões em crescimento vertiginoso (CPT, 2016); (7) apoiando ou aceitando financiamento de empresas na criação de unidades de “proteção ambiental”, como na região do rio Trombetas, no Pará, onde opera a mineradora Rio do Norte;

(8) aceitando a ideologia do “uso racional da floresta”, quase sempre reduzido à racionalidade tecnocientífica convencional, como vem sendo imposta no Acre, Brasil, ignorando as matrizes tradicionais que nos deram, por exemplo, a proposta de ecologismo popular defendida por Chico Mendes ou no Equador, onde o governo de Rafael Correa, brandindo uma retórica contra os ambientalistas, se associa à *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN)<sup>23</sup>, pertencente a Jeffrey Sachs, um dos maiores promotores dos ajustes estruturais neoliberais da dívida que levaram ao empobrecimento de vários países da América Latina e mesmo do Equador; (9) aceitando a financeirização da natureza com o mercado de carbono da economia (do capitalismo) verde, como no caso da ONG-empresa *Global Canopy Programme*, via grandes ONGs (WWF, EDF, CI, UICN).

---

23 A SDSN foi criada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas Ban Ki-Moon, em 2013, para guiar a formulação e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tem seu quartel general no Earth Institute da Universidade de Columbia, centro de pesquisas dirigido por J. Sachs. É financiado por empresas transnacionais e dedicado à promoção da visão de J. Sachs para o Desenvolvimento Sustentável, baseada no livre mercado e na Responsabilidade Social Corporativa. Sachs ficou famoso na América Latina como arquiteto da “terapia do shock” de reformas neoliberais que foram implementadas na Bolívia em 1985, e ainda em outros países da América, Europa do Leste e na ex-União Soviética. Entre 1998 e 1999, Sachs foi assessor econômico do presidente equatoriano Jamil Mahuad, prescrevendo um ortodoxo programa de ajuste baseado na austeridade fiscal, nas privatizações e na abolição dos subsídios. O resultado foi uma crise política e econômica que levou à demissão do então presidente em 2000, provocada por um levantamento indígena apoiado por setores do exército. Em abril de 2014, Rafael Correa realizou um *tour* por universidades dos Estados Unidos, passando por Harvard e Yale, inclusive, em seu programa semanal descreveu J. Sachs como “comprometido, apasionado, está siguiendo con mucho entusiasmo la experiencia ecuatoriana”. No mesmo programa, Correa descreveu o Earth Institute como “uno de los institutos más poderosos sobre todo en términos medioambientales”, insistindo que “ellos podrían auspiciarnos académicamente, por ejemplo, en Ikiam” (Discurso de Rafael sobre J. Sachs e Earth Institute disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=RGVYCYC72ks>>, acesso em 12 abr. 2016). Ikiam é uma universidade pública criada em 2015 na Amazônia equatoriana, onde está sendo posto em prática o duvidoso projeto de Biosocialismo do governo Rafael Correa.

**116-** Tanto o Estado como setores da sociedade civil, sobretudo de ONGs, têm dedicado aos povos indígenas uma atenção especial, no fundo, ambígua e contraditória. Têm sido comum isolá-los dos demais grupos/classes sociais em situação de subalternização. Assim, ao serem tratados de modo separado dos demais grupos/classes sociais, se veem isolados politicamente e, assim, todos saem fragilizados com essa prática do *divide et impera*. Afinal, os indígenas não vão se libertar confinados em reservas, por mais que, defensivamente, tenhamos que apoiar suas lutas pela demarcação de seus territórios. Não façamos da necessidade, virtude. As ameaças que pairam sobre esses povos são as mesmas que pairam sobre os afroamazônidas, sobre os camponeses e sobre seus parentes que vivem precariamente nas periferias urbanas. É a mesma dinâmica do sistema mundo capitalista moderno-colonial que afeta a todos. A visão colonial de reservar/resguardar, de criar reservas/resguardos, vem condicionando as próprias reivindicações dos povos indígenas com a crença de que, “uma vez que a integridade territorial esteja intacta”, estariam protegidos. Há uma agenda política que vem se consagrando que aceita essa premissa de separar/resguardar terras indígenas e as áreas de proteção natural que, no fundo, não enfrenta as causas que vêm ameaçando todas as formas de vida e os grupos/classes sociais em situação de subalternização, embora seus efeitos também acabem por atingir a todos, sem exceção – ainda que de modo desigual, segundo suas geografias e condição social.

**117-** A proteção de áreas de conservação ambiental também vem servindo para separar ecologistas dos demais movimentos e grupos sociais, sobretudo pela ação de grandes ONGs internacionais que operam subsidiando organismos multilaterais e de cooperação internacional que, por sua vez, têm sido os organismos que informam e subsidiam as políticas dos Estados capturados pela lógica das grandes corporações. No Brasil, logo depois da Conferência de Estocolmo, de 1972, quando se introduziu o vetor ecológico na nova ordem geopolítica mundial, a ditadura civil-militar (1964-1985) começou a criar unidades de conservação

ambiental na Amazônia. Com isso, ratificaram a visão colonial que ignora que os povos da região não separavam a natureza de seus usos. A criação de muitas dessas áreas se fez sobre terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas e afroamazônidas, o que, em decorrência, gerou uma tensão entre a agenda dos direitos dos povos tradicionais e a agenda dos ecologistas.

**118-** Nos anos 1990, com o neoliberalismo e a emergência de um ambientalismo de mercado, essa tensão volta a se aguçar, com os mercados de carbono e outras formas de capitalização da natureza mediadas por grandes ONGs. Não faz o menor sentido para os povos indígenas proteger a natureza, eles que sempre a tomaram como condição de vida e como parte das suas *comunidades de vida*, conceito que não separa a vida humana dos lagos, lagoas, rios, glaciares, solos, plantas, animais, os deuses e espíritos, os vizinhos e os parentes. Há que se descolonizar o pensamento para abrir outras (e não necessariamente novas) perspectivas teórico-políticas! Em meio a essas contradições, as populações amazônidas têm sofrido os efeitos das políticas do indigenismo – que ignora o movimento e a palavra indígena – e das políticas de “proteção” da floresta, como também a pressão exercida pela exploração agrícola, madeireira, pecuária, mineral, de combustíveis fósseis e de represamento dos rios para hidrelétricas. Os movimentos sociais, particularmente, se veem diante de enormes desafios para superar essas contradições, inclusive pelas divisões que a expansão/invasão do capital coloca no interior dos próprios movimentos.

**119-** Talvez a maior mensagem que emana desses povos seja a de buscarem um diálogo intercultural e, por isso, a dignidade seja um valor por eles tão destacado ao reivindicarem o reconhecimento preliminar de que, na sua diferença, são dignos e, portanto, habilitados para o diálogo. Assim, a igualdade aparece como condição política que respeite a diferença e, a partir daí, sim, como condição para a luta contra a desigualdade, contra a opressão e a exploração. A interculturalidade implica sair do isolamento e, assim, recusar todo

e qualquer essencialismo<sup>24</sup>. Talvez aqui caiba lembrar a consigna do movimento indígena mexicano “Para todos, todo. Somente para os indígenas, nada”, fundamento da interculturalidade.

**120-** As ONGs que, a princípio, nos anos 1970 e 1980 estavam muito próximas dos movimentos sociais em luta pelo direito de inventar direitos, por justiça social e para “democratizar a democracia” (Boaventura de Sousa Santos), começam a ver crescer entre elas, pouco a pouco, as que buscam se aproximar do mundo empresarial e que não mais se posicionam junto aos que protagonizam lutas e se envolvem em conflitos. Muitas ONGs passam a fazer parte da “nova governança” onde o conflito dá lugar ao consenso num contexto sob hegemonia neoliberal em que aumenta a criminalização dos que lutam por direitos sociais, ambientais e culturais<sup>25</sup>. De organizações não governamentais, passam a organizações *neogovernamentais*. Estabelece-se uma “confluência perversa” (Evelina Dagnino) onde os discursos de participação popular perdem substância e já não mais se fala de reforma agrária, de justiça territorial e ambiental, mas, sim, de combate à pobreza, de mitigar os perversos efeitos ambientais com o discurso da “responsabilidade social e ambiental”, conforme reza nos portfólios das empresas-e-suas-ONGs.

**121-** A riqueza da floresta, sua biodiversidade, o amplo conhecimento ancestral-histórico e sua imensa riqueza hídrica são trunfos importantes que os movimentos sociais vêm lançando mão em suas lutas que estão implicadas em múltiplas escalas geográficas. Assim, o diálogo da Amazônia/dos amazônidas com o mundo

---

24 “Para todos, todo. Somente para os indígenas, nada”, afirmam os zapatistas.

25 E são graves as consequências que daí emanam. Afinal, nenhum regime democrático pode prescindir do direito ao dissenso, do direito a que cada quem possa tomar a iniciativa de uma ação. Princípios uma ação é a essência da política, o que significa a prerrogativa de tomar a iniciativa, em suma, de ser protagonista. Um verdadeiro consenso só é possível se o dissenso está colocado como condição da política. Negar o dissenso é, assim, aceitar o *status quo*.

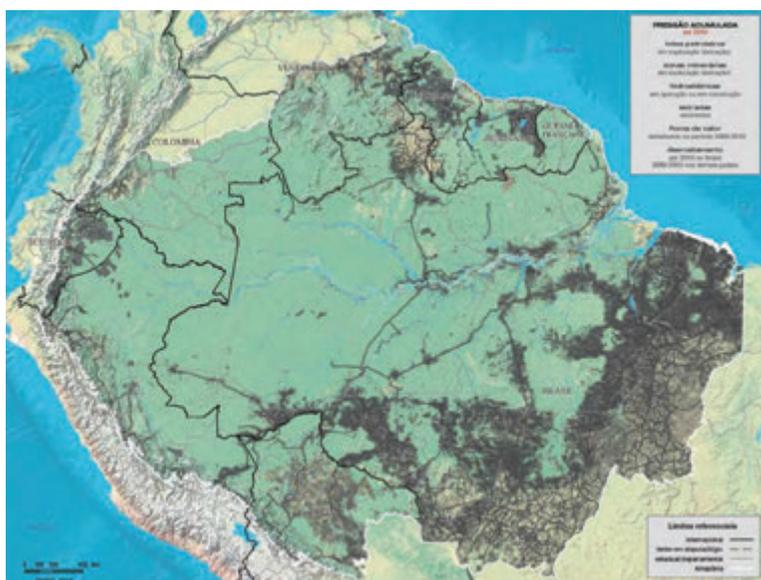
ganha força e sentido na exata medida em que essas condições de produção/reprodução da vida – os ciclos hidrológicos, seu papel no equilíbrio climático, sua diversidade biológica e sua elevada produtividade biológica primária – se mantêm junto com os saberes elaborados pelos múltiplos povos/etnias/nacionalidades e grupos/classes sociais em situação de subalternização que habitam a região. Trata-se, portanto, de uma luta epistêmica e política, conforme a feliz expressão de Catherine Walsh e Luis Macas. Há que se superar a colonialidade do saber e do poder para abrir um diálogo intercultural de saberes. “Não há defesa da floresta sem os povos da floresta”, dizia-nos Chico Mendes.

**122-** Os indígenas, os cimarrones/quilombolas/pallenqueros ou os indígenas em isolamento voluntário ou em busca da *Loma Santa*, ou das Terras Sem Males, ou do *Bem Viver* trazem experiências inspiradoras com outros horizontes de sentido que, no mínimo, merecem ser ouvidos nesse momento de crise do padrão de poder (e do saber) capitalista moderno-colonial (Quijano). Afinal, é com esse padrão de poder e de saber que a civilização europeia vem colocando em risco o planeta e a humanidade em sua diversidade com a ruptura metabólica acelerada, sobretudo após a revolução (nas relações sociais e de poder) industrial e seu fossilismo. Não se vai salvar a Amazônia, como se costuma dizer, partindo dos mesmos princípios epistêmico-políticos que devastaram todo o planeta. A Amazônia não é só floresta/água, é também a cultura dos povos que ali vivem e que detêm um enorme patrimônio de conhecimentos com a floresta/rio que são outros valores que se oferecem nesse momento de “caos sistêmico” (Arrighi), de crise do padrão de poder/de saber moderno-colonial capitalista eurocentrado (Quijano).

**123-** Quando observamos o crescimento vertiginoso da exploração mineral na última década; o crescente número de lotes recém-solicitados, seja para exploração mineral, seja para exploração de petróleo e gás; o aumento vertiginoso do número de hidrelétricas e quando observamos o aumento vertiginoso do número de conflitos

e a ampliação vertiginosa das áreas desmatadas e seus focos de calor [MAPA 11], vemos que o futuro chegou atualizando, de modo acelerado, o passado moderno-colonial! Quando comparamos os mapas de pressão acumulada até 2010 [Ver MAPA 12] com o mapa das ameaças com base no número de hidrelétricas projetadas [Ver MAPA 13] de solicitações de áreas de exploração de petróleo e gás e de minérios, vemos em projeção o espaço do futuro imediato que reproduz um passado-presente nas vias (hidro-vias, rodo-vias, ferro-vias) de desenvolvimento que são vias de (des)envolvimento de espaços geográficos de altíssima complexidade sociometabólica com as marcas de fogo, as grafias na terra (geo-grafias) da devastação, da violência, protagonizada pelo Estado e pelas grandes corporações. Enfim, a territorialização do capital sob os braços dos Estados tem sido também a des-territorialização de povos/etnias/nacionalidades/campesinidades de grupos sociais que se reterritorializam em situação precária nas periferias urbanas.

**Mapa 10**



Amazônia: pressão acumulada até 2010.

Mapa 11



Amazônia: pressão acumulada até 2010 e ameaças futuras imediatas.

Fonte: RAISG, 2013.

Permita-me o leitor sugerir uma outra imagem entre os dois mapas acima. Isso porque o primeiro dos mapas indica a pressão acumulada até 2010, e o segundo projeta as ameaças que derivam dos diversos projetos que já estão programados. A imagem que sugerimos (Mapa 13) é das ilhas de calor que, melhor que qualquer outra, nos indica a devastação que já está em curso. Nos anos 1980 tivemos manchetes jornalísticas que falavam de uma Amazônia em chamas! A imagem dos focos de calor entre 2000 e 2009 (Mapa 13) não é a imagem-clichê da Amazônia de uma ou outra queimada ou de uma ou outra árvore caindo ou sendo derrubada. Não, é uma imagem que nos dá conta concretamente da ruptura metabólica em curso, que deriva dos processos de dinâmicas marcadas pela desordem ambiental quando a entropia se sobrepõe à neguentropia ou à autopoiesis e que Paulo Little chamou de “industrialização da floresta”.

É uma imagem que expressa o crescimento exponencial da produção de energia e o aumento da circulação através de hidrovias, ferrovias e rodovias que transformam a matéria sobretudo para fora da região, seja de minérios de ouro, de ferro, de bauxita, de cobre, de manganês, petróleo e gás, cana, madeira, soja, dendê, cana de açúcar e gado. Há uma clara mudança de escala não só dos volumes produzidos e exportados, mas também da escala geográfica, o que implica outras consequências. Isso porque, não sendo mais impactos de caráter localizado no tempo e no espaço, mas numa escala subcontinental de dimensões verdadeiramente amazônicas, isso implica transformações que tendem a caracterizar um *momentum* de bifurcação, momento constitutivo, como diria o boliviano Zavaleta Mercado, em direção a processos irreversíveis. Ponto de mutação, diriam outros!

São enormes os volumes de CO<sup>2</sup> lançados na atmosfera por desmatamento ou por hidrelétricas (P. Fearnside), de rejeitos da exploração de minérios como cobre, ouro, bauxita, ferro e manganês, os volumes de derrames de petróleo, a desorganização das dinâmicas reprodutivas da fauna e da flora, com destaque para a ruptura na oferta de proteínas pela desorganização da reprodução dos peixes à jusante das barragens, com sérias implicações na reprodução das comunidades ribeirinhas, ainda afetadas com a inundação das suas terras às margens dos rios, normalmente férteis e conhecidas e que permitem a vida-cultura anfíbia de agricultores-pescadores. Mas a esses volumes que implicam escalas locais, mesmo que ampliadas nos megaprojetos, nos vemos agora, como o Mapa 13 parece gritar, diante de uma ruptura metabólica que ameaça a resiliência da Amazônica, qual seja, a capacidade daquele sistema de se reproduzir diante das pressões a que está submetida. O mesmo se dá com vários povos, etnias, nacionalidades e comunidades que já começam a não mais ter condições de manter sua forma primordial, conceito formulado por Zavaleta Mercado para caracterizar a capacidade de um determinado grupo social reproduzir-se diante das pressões externas.

E, já indicamos, quando isso se dá na Amazônia, é de centenas de povos e etnias que estamos falando; numa escala geográfica das dimensões amazônicas, é dizer: 8 milhões de km<sup>2</sup> de floresta, a maior extensão florestal do mundo, a maior concentração de biomassa por hectare do mundo numa extensão territorial de dimensões continentais como essa, a maior bacia hidrográfica do mundo, a maior diversidade biológica do planeta, em suma, um metabolismo energético-hidrológico que em ruptura como está implicará, necessariamente, uma desordem ecológica planetária! Qual será o destino dessa água que está em estado vivo sob a forma de floresta? Qual será o destino dessa energia solar que se metaboliza em floresta e em dinâmica hidrológica sem a floresta? A pergunta traz em si perplexidade diante da crise institucional que o mundo vive, sobretudo diante da captura do Estado pelo capital corporativo que nos leva ao que Anibal Quijano chamou de des-nacionalização do Estado, não no sentido tradicional que a expressão desnacionalização ganhara, sobretudo nos anos 1950, nos marcos do nacional desenvolvimentismo ou mesmo do nacionalismo revolucionário, quase sempre como sinônimo de estrangeirização, ou seja, como domínio do capital estrangeiro. Não, o que A. Quijano nos chama a atenção é para um Estado que abandona a Nação, se des-nacionaliza, já que era um Estado que, ainda que de forma débil, colocava no horizonte do cidadão a ideia de que seria inserido e integrado à sociedade. Não, o que temos agora é um Estado cada vez mais capturado corporativamente, onde a financeirização prescinde de mercados de massa e vive de economias de escopo, e não de escala, que vive de mercadorias fictícias, como o mercado de carbono.



uma inflexão nesses movimentos (Vide Manifesto Tiahuanaco, de 1973), e a Amazônia tem um lugar especial nessa inflexão<sup>26</sup>. É quando surgem a CONAIE, no Equador; a UNI (União das nações Indígenas); o CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros); o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e o MS (Movimento dos Sem Terra), no Brasil; a CIDOB (Confederação de Povos Indígenas do Oriente), na Bolívia, a AIDSESEP e a CONACAMI, no Peru entre tantas organizações indígenas por todo lado. É nesse período que se constitui na ONU o Grupo de Trabalho sobre Povos Indígenas que ensejará um dos documentos mais importantes por juntar a agenda trabalhista com os direitos das populações tradicionais, com o Convênio 169 da OIT, fruto de um tenso e intenso diálogo intercultural. Esse documento abre uma interessante perspectiva multiterritorial e multiescalar ao inscrever direitos territoriais no interior de estados territoriais soberanos.

**125-** Assim, dos fundos territoriais da Amazônia vem se abrindo uma outra agenda política à escala dos estados nacionais, em grande parte pelas possibilidades abertas na nova conjuntura geopolítica mundial que havia inscrito o vetor ecológico como um dos seus temas centrais, desde 1972. Refiro-me, em particular, às Marchas pela Vida, pela Dignidade e pelo Território que partiram da Amazônia equatoriana, das Terras Baixas e da Amazônia boliviana em direção às suas capitais. Introduziram um outro léxico teórico-político com uma agenda com temas indissociáveis como a Dignidade, o Território e a Vida. São outros horizontes de sentido que não são os mesmos da Revolução Francesa – Liberdade, Igualdade e Fraternidade – que vêm colonialmente marcando o debate entre os girondinos, à direita, e os jacobinos, à esquerda. Muitos desses grupos/classes sociais amazônicos são mais que anticapitalistas, são decoloniais, pois são simplesmente outros,

---

26 As conferências de Puebla e Medellín (1968) afirmariam a Teologia da Libertação e a “opção preferencial pelos pobres” ensejou as CEBs que haveriam de ter grande impacto na nova configuração dos movimentos sociais na América Latina/Abya Yala. É da década de 1970, por exemplo, a criação da CPT e do CIMI, no Brasil.

trazendo valores/práticas comunitários! A Pachamama para eles não é natureza, é *Madre Tierra*. A natureza não é algo separado de cada qual e de cada quem e, por isso, não se desprende, não se vende. A terra não lhes pertence, eles pertencem à terra, dizem-nos (Cacique Seattle). Assim, a natureza se coloca como portadora de direitos, como conseguiram inscrever nas Constituições do Equador e da Bolívia e, questionando o colonialismo interno, inscreveram esses Estados como plurinacionais e, na Bolívia, ainda como Estado Plurinacional Comunitário. A Comuna volta a ser um espectro que ronda o mundo, estabelecendo uma ponte com Paris, 1871!

**126-** Assim, mesmo em meio ao caos, a Amazônia está nos oferecendo outros horizontes de sentido para a vida por ser (1) uma região que goza da pujança do que a civilização europeia concebeu como natureza e, (2) por ser vista como “a última fronteira”, coloca esse modelo civilizatório *euurocêntrico* diante de um profundo dilema pois, afinal, essa civilização se afirmara sob o primado da “dominação da natureza” (Francis Bacon): o que será dessa civilização quando não mais encontrar diante de si nenhuma natureza para ser dominada, como colocara Goethe? Quando não houver mais diante de si nenhum primitivo ou selvagem (da selva) para ser civilizado? Talvez a Amazônia esteja preenchendo esse vazio que se apresenta no horizonte da modernidade por sua condição de outra, a natureza, e de seus muitos outros povos/etnias/nacionalidades e classes sociais. Essa outridade é seu mistério e... fonte de oportunidade. Ouçamos, pois, o que nos dizem seus povos em luta pela vida, pela dignidade e pelo território; que estão nos oferecendo um outro léxico teórico-político onde o estado não seja somente nacional, mas plurinacional; que se reconheça que dentro de um mesmo território de um estado habitam múltiplas territorialidades; onde, mais que a luta pela terra, que se lute pela terra como território; não mais alternativa *de* desenvolvimento, mas alternativa *ao* desenvolvimento; onde se busca a vida em plenitude ou *sumak kawsay* ou *suma qamaña*; onde a natureza seja

portadora de direitos, como consagra as novas Cartas Magnas da Bolívia e do Equador.

**127-** O futuro da Amazônia está indissolúvelmente ligado ao futuro da humanidade e do planeta, tal como a expansão/recuo da sua floresta esteve relacionado ao avanço/recuo das glaciações. O equilíbrio dinâmico do planeta implica que se tenha clima quente e que se tenha clima frio; que se tenha áreas úmidas e que se tenha áreas secas; que se tenha extensas áreas de águas, como o hemisfério Sul, e que se tenha extensas áreas de terras, como o hemisfério Norte; que se tenha a atmosfera, a litosfera, a hidrosfera e a biosfera; que se tenha cordilheiras, planaltos e planícies; tudo isso, enfim, em complementariedade e reciprocidade, tal como sugerem várias cosmogonias ancestrais.

**128-** Distintos povos e culturas se desenvolveram/se diferenciaram lançando mão dessas distintas condições de possibilidade para a vida inventando suas culturas. Assim, tal como o planeta, a humanidade deve ser vista na sua diferença, na sua diversidade. A dignidade de cada povo/cultura é condição para a verdadeira igualdade. A Amazônia oferece essas fontes de inspiração por sua pujança metabólica e pela riqueza de conhecimentos de seus povos/etnias/nacionalidades e campesinatos. A atual expansão capitalista põe tudo isso em risco com sua colonialidade. Assim, a superação do capitalismo necessita, ao mesmo tempo, a superação da colonialidade que, sempre, o acompanhou. Não nos esqueçamos de que a acumulação primitiva sempre foi parte da acumulação civilizada! Mas, diante do fato de vivermos num sistema mundo capitalista moderno-colonial patriarcal com um sistema de poder/saber marcado pela ideia de dominação da natureza, esse sistema colocou a Amazônia como uma região periférica de países periféricos. E, mais que isso, seus povos/etnias/nacionalidades e classes sociais em situação de subalternização têm muito a oferecer para um outro diálogo entre os povos/culturas e entre esses e as condições metabólicas necessárias à vida plena! Mas, com certeza, essa posição de povos/etnias/nacionalidades e grupos/classes sociais em situação

de subalternização em uma região periférica de países periféricos em um sistema mundo em caos sistêmico (Arrighi, Wallerstein) implica que necessariamente esses grupos/classes sociais não são capazes por si sós de impedir o colapso ambiental que se coloca no horizonte. A Amazônia não se salvará sozinha, nem se salvará sem seus povos/etnias/nacionalidades e grupos/classes sociais que ali se plasmaram e forjaram horizontes de possibilidade para outros mundos onde caibam muitos mundos!

# Bibliografia

- Allegratti, M. H. *Reservas Extrativistas: Uma Proposta de Desenvolvimento da Floresta Amazônica*. Curitiba: IEA, 1987.
- Anderson, A. et alii. *O Destino da Floresta: Reservas Extrativistas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- Bartholo, R. *Os Labirintos do Silêncio - Cosmovisão e tecnologia na Modernidade*. Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero, 1986.
- Bartra, Armando. *El Hombre de Hierro: los límites sociales e ambientales del capital*. México, D.F.: UACM, 2008.
- Betancourt, Milson; hurtado, Lina María; Porto-Gonçalves, Carlos Walter. *Tensiones territoriales y políticas públicas de desarrollo en la Amazonia*. Buenos Aires: CLACSO, 2015.
- Boff, L. *Deus e o Diabo no Inferno Verde: Quatro Meses de Convivência com as CEBs do Acre*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980.
- Bourdieu, P. *O Poder Simbólico*. São Paulo: Ed. Difel, 1992.
- Brundtland, G. *O Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- Carvalho, J. G. *A Integração Sul-americana e o Brasil: o protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA*. Belém: NAEA-UFPA, 2004.

- Casanova, Pablo Gonzalez. Colonialismo interno (una redefinición). In: Boron, A.; Amadeo, J.; Gonzalez, S. *A teoria marxista hoje*. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: Ed. Clacso, 2007.
- . *Las nuevas ciencias y las humanidades*. De la academia a la política. Barcelona: Anthropos, 2004.
- Castoriadis, C. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- Castro, Edna. Terras de Preto entre Igarapés e Rios. 2002. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT08/edna\\_castro.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/edna_castro.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2016.
- Cornetta, Andrei. *A Financeirização do clima: uma abordagem geográfica do mercado de carbono e suas escalas de operação*. Dissertação de Mestrado defendida e aprovada no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da USP, 2010.
- Escobar, Arturo; Pedrosa, Alvaro. *¿Pacífico, Desarrollo o diversidad? Estado, capital y movimientos sociales en el pacífico colombiano*. Bogotá: CEREC-ECOFONDO, 1996.
- Escobar, Arturo. *La invención del Tercer Mundo*. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Bogotá: Editorial Norma, 1998.
- . *El final del salvaje*. Naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea. Bogotá: ICAN, CEREC, 1999.
- . El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? In: LANDER, Edgardo (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000.
- . Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. In: Tabula Rasa, Bogotá, n. 1, p. 51-86, enero/dic. 2003.

- . *Territories of difference*. Place, movements, life, “redes”. Durham; London: Duke University Press, 2008.
- Esteva, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- Fals-Borda, Orlando. *Hacia el socialismo raizal y otros escritos*. Bogotá: Ediciones CEPA; Desde Abajo, 2007.
- Finer M., Jenkins, C.N. *Proliferation of Hydroelectric Dams in the Andean Amazon and Implications for Andes-Amazon Connectivity*, 2012. PLoS ONE 7(4): e35126. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0035126>
- Gramsci, A. A Questão Meridional. *Revista TEMAS*, São Paulo, 1974.
- Guerra, Emerson. *Terras Indígenas e Desordenamento Territorial das Terras Timbira ao Xingu*. 2012. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF, Niterói.
- . La Nueva Dimensión del Trabajo. *Jornal El País*, Madrid, Espanha, 1987.
- Harvey, D. *A Condição Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Loyola, 1992.
- Haesbaert, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Bertand Brasil, 2004.
- Lander, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires; São Paulo: Clacso, 2006.
- Linera, Alvaro García. *Geopolítica de la Amazonía: poder hacendal-patrimonial y acumulación capitalista*. Ed. Vicepresidencia del Estado, Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional, La Paz, 2012.
- Leff, Enrique. *Racionalidad ambiental*. La reapropiación social de la naturaleza. México: Siglo XIX, 2004.
- Martins, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- Mignolo, W. *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

- Murra, John. *El Mundo Andino: población, medio ambiente y economía*. Lima, Peru: Fondo Editorial PUC, 2002.
- Polanyi, K. *Subsistência do Homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro, Ed. Contraponto, 2012.
- Porto-Gonçalves, C. W. *Geo-grafias. Movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidades*. México: SIGLO XXI, 2001.
- . Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A. E.; SADER, E. (Orgs.). *La guerra infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: Clacso, 2002. p. 217-256.
- . A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, José. *Movimientos sociales y conflictos en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2003.
- . De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CECEÑA, Ana Esther (Coord.). *De los saberes de la emancipación y de la dominación*. Buenos Aires: CLACSO, 2008.
- . *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira*. Brasília: Ed. IBAMA, 2004 [1998].
- . *Os (Des) caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Ed. Contexto, 1989.
- Porto-Gonçalves, C. W; Betancourt, Milson. Encrucijada latinoamericana en Bolivia: el conflicto del TIPNIS y sus implicaciones civilizatorias. In: BETANCOURT, Milson; BARTRA, Armando. *Se hace terruño al andar*. Las luchas en defensa del territorio. México: Editorial Ithaca/Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco, 2014.
- Porto-Gonçalves, C. W; Santos, Luiz H. R. *A luta pela reapropriação social dos recursos naturais na América Latina: o caso da Petrobrás no Equador*. 2006a. Disponível em: <<http://alainet.org/active/15463>>HYPERLINK “<http://alainet.org/active/15463&lang=es>”&HYPERLINK

- “<http://alainet.org/active/15463&lang=es>”lang=es>. Acesso em: 28 out. 2010.
- Posey, Darell. *Kayapó etnoecology and culture*. Londres: PLEDER-LEITH, K. (Ed.); Routledge, 2002.
- Veríssimo, J. *Estudos Amazônicos*. Belém: UFPA, 1970.
- Rivera, Silvia. *Oprimidos pero no vencidos*. Luchas del campesinado Aymara y Qhechwa 1900-1980. La Paz: La mirada Salvaje, 2010a.
- . *Violencias (re) encubiertas en Bolivia*. La Paz: La mirada salvaje, 2010.
- Sousa Santos, Boaventura de. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência humana*. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.
- Santos, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. Coleção Milton Santos, v. 1. 4. ed. 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2004.
- Toledo, Victor M. *La Apropiación Campesina de la Naturaleza: un análisis Etnoecológico*. 1996. Mimeo, 104p.
- Varese, Stefano. La ética cosmocéntrica de los pueblos indígenas de la Amazonia: Elementos para una crítica de la civilización. In: VARESE, Stefano; APFFEL-MARGLIN, Frédérique; RUMRRILL, Róger. *Selva Vida*. De la destrucción de la Amazonia al paradigma de la regeneración. Lima: IWGIA, 2013.
- Viveiros De Castro, Eduardo. O intempestivo, ainda. In: CLASTRES, Pierre (Org.). *Arqueologia da violência*. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 395-361.
- Zibechi, Raúl. *Brasil potencia*. Entre la integración regional y un nuevo imperialismo. México, D.F.: Bajo Tierra Ediciones, 2012.
- Wallerstein, Immanuel. *Historias Y dilemas de los movimientos anti-sistémicos*. México: Ed. Contrahistorias, 2008.
- Walsh, C.; Schwy, F.; Castro-Gómez, S. (Eds.). *Indisciplinar las ciencias sociales. Geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder*. Perspectivas desde lo Andino. Quito: UASB/ Abya Yala, 2002.

